

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE DIREITO**

**OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS E O(S) DIREITO(S) - UMA HISTÓRIA DE
ASSESSORIA JURÍDICA E DIREITO À CIDADE**

CAROLINA HENNIG GOMES

**Rio de Janeiro
2019 / 2 SEMESTRE**

CAROLINA HENNIG GOMES

**OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS E O(S) DIREITO(S) - UMA HISTÓRIA DE
ASSESSORIA JURÍDICA E DIREITO À CIDADE**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação da **Professora Dra. Mariana Trotta Dallalana Quintans**

**Rio de Janeiro
2019 / 2 SEMESTRE**

CIP - Catalogação na Publicação

G633m Gomes, Carolina Hennig
Os movimentos sociais urbanos e o(s) direito
(s): uma história de assessoria jurídica e direito à
cidade / Carolina Hennig Gomes. -- Rio de Janeiro,
2019.
85 f.

Orientadora: Mariana Trotta Dallalana Quintans.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
de Direito, Bacharel em Direito, 2019.

1. Direito à Cidade. 2. Movimentos Sociais. 3.
Assessoria Jurídica Universitária Popular. I.
Quintans, Mariana Trotta Dallalana, orient. II.
Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a)
autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

CAROLINA HENNIG GOMES

**OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS E O(S) DIREITO(S) - UMA HISTÓRIA DE
ASSESSORIA JURÍDICA E DIREITO À CIDADE**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação da **Professora Dra. Mariana Trotta Dallalana Quintans**

Data da Aprovação: __ / __ / ____.

Banca Examinadora:

Orientador

Membro da Banca

Membro da Banca

**Rio de Janeiro
2019 / 2 SEMESTRE**

"Em tudo eu via a voz de minha mãe, em tudo eu
via nós" (Emicida)

Essa é por você, minha mãe, Isabel Hennig, pela
sorte grande que é dividir a vida contigo.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, porque sempre precisamos falar de nós, queria agradecer às mulheres que me cercam. Minha mãe, Isabel Hennig e minha vó, Nayde Hennig, que felicidade foi crescer junta de vocês. Pra minha prima, Fernanda Damo e também pro meu tio, Bruno Damo - minha casa vai sempre onde vocês estão.

Tenho muito a agradecer à minha orientadora, Mariana Trotta. O primeiro semestre que tive de aula na faculdade foi um semestre de apaixonamento. Não conseguia acreditar que o direito poderia ser isso - poderia ser advogar para o MST, poderia ser estar lado a lado na luta junto aos movimentos de moradia. Foi uma sensação de ter encontrado um lugar no mundo - e devo isso à você. Desde aquele semestre de 2014.1, minha admiração por você só cresceu, pela intelectual, professora e pessoa que você é.

Ao NAJUP Luiza Mahin, em que me vi como pessoa, como estudante, em que vi que o que eu estudava dentro dos muros da universidade poderia fazer sentido fora dela, junto dos homens e mulheres que lutam. Não é sempre fácil travar nosso embate por um direito que seja menos expressões fechadas em si mesmas e mais sobre gente, sobre povo. Mas estar com vocês acalmou meu coração, me fez ter mais certeza sobre o caminho a seguir.

Ao movimento estudantil, que nós sigamos travando as batalhas! Que a gente siga indo pra RUA beber a tempestade, com a sensação de estarmos no centro das coisas, bem onde poderemos sempre ter esperança de mudá-las.

Às minhas companheiras de FND, que tornaram tudo mais fácil - com certeza mais divertido também.

Por fim, e para lembrarmos sempre: agradeço à educação pública de qualidade que me formou. Agradeço ao CEFET e agradeço à UFRJ, e à todos que lutam para que a universidade siga cada vez mais popular, mais negra, mais feminista. Agradeço também ao povo trabalhador do meu país, que pagou com suor e impostos minha educação. Espero que esta monografia possa ser útil para trilharmos juntos o caminho de uma sociedade mais justa.

Eu vos direi no entanto:
Enquanto houver espaço, corpo, tempo
e algum modo de dizer não
Eu canto

(Belchior)

RESUMO

A presente monografia trata sobre a relação entre os movimentos sociais urbanos - especificamente o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN) e o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) e o(s) direito(s), principalmente o direito à cidade. Buscamos, deste modo, compreender as diferentes relações e usos que os movimentos fazem do direito - compreendendo também a possibilidade de construção de outros direitos a partir desse uso, tendo como base a experiência de extensão junto ao Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular - NAJUP Luiza Mahin, grupo de extensão da Faculdade Nacional de Direito - UFRJ. Desta maneira, pensando os movimentos sociais urbanos e a produção capitalista das cidades, bem como a função do direito oficial dentro desta produção, procuramos entender os limites e possibilidades de atuação, por meio do direito, na luta por emancipação e pela construção de cidades mais justas.

Palavras chave - Direito à cidade; Movimentos Sociais Urbanos; Assessoria jurídica popular; Extensão; Educação Popular; Direito à moradia.

ABSTRACT

This monograph deals with the relationship between social movements in the city - specifically the National Movement for Housing (MNLN) and the Movement of Homeless Workers (MTST) and the right (s), especially the right to the city. In this way, we seek to understand the different relations and uses that the movements make of the law - also understanding the possibility of constructing an alternative conception of the right from this use, based on the experience of extension with the Nucleus of Legal and Popular in the University - NAJUP Luiza Mahin, extension group of the Faculdade Nacional de Direito - UFRJ. In this way, thinking of urban social movements and capitalist production of cities, as well as the function of official law within this production, we try to understand the limits and possibilities of acting, through law, in the struggle for emancipation and for the construction of more fair cities.

Keywords - Right to the city; Social Movements in the city; Popular legal advice; Extension; Popular Education; Right to housing.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1. OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS E O DIREITO À CIDADE.....	8
1.1 O Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN).....	20
1.2 O Movimentos dos Trabalhadores sem Teto (MTST).....	25
2. OS MOVIMENTOS E O(S) DIREITO (S).....	33
2.1 Uma análise crítica do direito.....	33
2.2 A possibilidade de um outro direito.....	39
2.3 O impacto dos movimentos urbanos no direito positivo.....	48
2.4 A luta por efetivação e a denúncia de onde os direitos não chegam.....	52
3. ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR AOS MOVIMENTOS URBANOS: A EXPERIÊNCIA DO NAJUP LUIZA MAHIN.....	55
3.1 O NAJUP Luiza Mahin.....	55
3.2 A Ocupação 6 de Abril (MTST).....	67
3.3 A Ocupação Solano Trindade (MNLN/DC).....	69
3.3.1 O acompanhamento da situação jurídica do imóvel.....	69
3.3.2 Oficina sobre direito à cidade e retrocessos com o governo Temer	72
3.3.3 Oficina sobre direito da família e das mulheres.....	79
CONCLUSÃO.....	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	85

INTRODUÇÃO

Buscaremos, nesta monografia, partindo da relação de extensão que desenvolvemos pelo Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular - NAJUP Luiza Mahin (Faculdade Nacional de Direito/UFRJ) junto aos movimentos sociais urbanos, compreender a relação destes com o direito, as possibilidades de transformação social e emancipação a partir dele, bem como o impacto do movimento social na efetivação e positivação de garantias jurídicas, e mais aprofundadamente, aquelas ligadas ao direito à cidade.

Trabalharemos especificamente com dois movimentos urbanos - o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN) e o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), e de maneira mais aprofundada com a Ocupação Solano Trindade (MNLN- Duque de Caxias) e a Ocupação 06 de Abril (MTST), que acompanhamos pelo NAJUP - Luiza Mahin. Para além de relatar as experiências que tivemos como estudantes junto às ocupações, utilizaremos também entrevistas com militantes do MNLN, bem como referencial bibliográfico que nos permitam pensar o direito à cidade, a construção do direito dentro do capitalismo, para além da relação e do impacto dos movimentos sociais nessa construção.

Desta maneira, o objeto da presente monografia será a relação entre o Movimento Nacional de Luta por Moradia e o Movimento dos Trabalhadores sem Teto e o direito à Cidade, pensando tanto na incidência do movimento urbano no processo de lutas que efetivou determinados dispositivos legais – como os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, e o Estatuto da Cidade, quanto suas ações no sentido de efetivação destes direitos – principalmente nas suas ações coletivas – ocupações urbanas e manifestações. Pretendo, também, com a monografia, entender qual a avaliação do MNLN e do MTST em relação à estes direitos positivados e qual o impacto deles na efetivação das demandas do movimento.

De maneira mais ampla, busca-se entender o papel dos movimentos sociais na construção e efetivação de direitos, pensando os limites desta atuação nas estruturas da sociedade capitalista em que vivemos. Busca-se compreender, a partir da especificidade do direito à cidade e da experiência dos movimentos citados e da assessoria jurídica universitária popular a eles até que ponto pode o direito auxiliar na transformação social. Analisaremos, para isso, tanto referenciais da crítica marxista ao direito - pensando sua função dentro da dinâmica de reprodução capitalista - quanto referenciais da assessoria jurídica e advocacia

popular, que trazem reflexões sobre a possibilidade de construção de um outro direito, forjado na luta dos trabalhadores.

Importante colocar, também, nossa justificativa para escolha do tema e do objeto desta monografia. Em primeiro momento, a escolha do tema parte da minha experiência enquanto participante do NAJUP Luiza Mahin ao longo de toda a graduação, experiência que impactou profundamente quem sou e como eu penso o direito, me levando a um questionamento recorrente: é possível que o direito seja uma ferramenta para emancipação de homens e mulheres? Enquanto estudante de direito e militante, busco responder esta pergunta com a monografia, tendo por parâmetro a experiência que tive junto ao NAJUP Luiza Mahin com os movimentos urbanos e sua relação com a construção do direito à cidade - junto ao MNLM e à Ocupação Solano Trindade principalmente, que acompanho desde 2016.

Para além desta questão, é inegável que precisemos discutir a questão da moradia em nosso país, que em 30 anos de Constituição Federal, que nos traz dispositivos como o direito social à moradia (constitucionalizado em 2000, com a Emenda Constitucional número 26) e a função social da propriedade, segue com um déficit habitacional imenso, em que grande parte da população não possui moradia própria ou condições de mantê-la com dignidade (BOULOS, 2012).

Déficit este, que, como coloca Maricato (2003), não se configura apenas na quantidade crescente com pessoas sem alternativa de moradia digna, mas também com o desnível estrutural e de qualidade de vida entre as áreas destinadas aos ricos - áreas de interesse do mercado imobiliário - e aos trabalhadores pobres - colocados pela autora como produtivo excluído - gerando uma segregação urbana e ambiental nas cidades brasileiras.

Assim buscaremos, primeiro, apresentar o espaço e os sujeitos dessa monografia: falar sobre a construção das cidades no capitalismo e sobre os movimentos urbanos que atuam na contramão do capital ao construírem uma outra cidade possível. Desse modo, falaremos sobre o MNLM e o MTST, pensando suas demandas e seu repertório de ação coletiva - como se mobilizam junto às suas bases sociais para buscar cidades mais justas.

É necessário, também, pensar a construção do espaço nesse nosso lugar do mundo - na

América Latina, no Brasil e no Rio de Janeiro - para entendermos quais os desafios da luta por democratização das cidades e da terra urbana em uma país cuja inserção no capitalismo é marcada pela concentração fundiária.

Em segundo momento, falaremos também sobre o instrumento analisado nesta monografia: o direito, trazendo, para isso, categorias da análise marxista do direito, para pensar a função da forma jurídica dentro da reprodução do capitalismo e sua relação com os antagonismos sociais produzidos pelo confronto entre as classes sociais. Utilizaremos, também, referenciais que pensam outras possibilidades para além da construção do direito burguês oficial, pautadas na experiência da advocacia popular no Brasil.

Essencial trazer nesse momento, de mesmo modo, como historicamente o movimento urbano impactou na construção do arcabouço jurídico relativo ao direito à cidade que existe hoje no Brasil, para além de pensar como as ações coletivas do movimento - principalmente as ocupações - dialogam para efetivar direitos e denunciar as contradições presentes nessa positivação, para além compreender como, no seio dos movimentos, dentro das ocupações, se formam conteúdos diversos para os direitos, e como isso é utilizado pelo movimento.

Faremos, por fim, uma análise mais detalhada da assessoria do NAJUP Luiza Mahin ao MNLM e ao MTST, pensando a partir das oficinas realizadas e do acompanhamento jurídico prestado como se configuram essas relações dos movimentos com o direito, e a possibilidade deste servir como um instrumento na luta por emancipação.

1. OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS E O DIREITO À CIDADE

“ Naquele momento creio ter entendido: a cidade não é um lugar. É a moldura de uma vida, um chão para a memória. (COUTO, 2007, p. 19). ”

Como seriam as cidades se elas fossem criadas e pensadas por quem de fato as constroem - não só com seus braços mas também com seus sonhos? Como seriam as cidades se pensadas para as pessoas - para a imensa maioria - responsável pela edificação dos prédios, pela abertura das ruas? Como seriam as cidades se houvessem espaços de socialização urbana, em que a convivência entre homens e mulheres fosse mais importante do que a circulação do

capital? Em que quem construiu os prédios pudesse morar neles? Em que aqueles expulsos para cada vez mais longe ocupassem os centros?

Essas são algumas das perguntas que norteiam este estudo ao pensarmos o papel dos movimentos sociais urbanos na construção e reivindicação do direito à cidade. Assim, é importante precisarmos com qual conceito de cidade trabalharemos e a partir de qual perspectiva entenderemos a atuação dos movimentos sociais.

É importante colocar que utilizaremos a perspectiva marxista para compreender as relações colocadas nesta monografia, usando as categorias de classe trabalhadora ao pensarmos os sujeitos da luta por direito à cidade, pensando a produção capitalista do espaço para pensar a cidade. Pensamos, também, a luta urbana como uma dimensão da luta de classes e dos antagonismos sociais entre burgueses e trabalhadores.

Nesse sentido, cabem algumas conceituações que serão importantes, ao longo desta monografia, para pensar a luta urbana e o papel da moradia e do acesso à terra urbana dentro das dinâmicas capitalistas de produção. Em primeiro momento, é importante diferenciarmos os conceitos de valor de uso e valor de troca em Marx, constantemente aplicados ao pensarmos a mercantilização da moradia e o acesso à cidade.

Dessa forma, Harvey (2013) coloca que valor de uso é a utilidade de uma coisa, a capacidade que uma mercadoria tem de satisfazer as necessidades humanas - sejam elas físicas ou imaginárias. A mercadoria, continua o autor, é um denominador comum para Marx, por aparentar ser o símbolo de riqueza nas sociedades regidas pelo modo capitalista de produção, sendo a forma-mercadoria presença universal em seu interior.

A mercadoria serve, também, de suporte para o valor de troca (HARVEY, 2013), não se confundindo, de todo modo, com ele. Isto pois o valor de troca das mercadorias não pode ser algo intrínseco a elas, relacionado com sua qualidade ou conteúdo, vez que só aparece quando da troca entre mercadorias - e justamente do fato de elas poderem ser trocadas. O valor de troca é, assim, uma forma de manifestação da qualidade comum à todas as mercadorias - o fato que elas podem ser quantificadas e trocadas.

Essa qualidade comum - obtida se extrairmos da mercadoria seu valor de uso, aquilo que elas possuem de conteúdo para servir às necessidades humanas é o fato que as mercadorias são fruto do trabalho humano, incorporado em sua produção (HARVEY, 2013).

Assim, o valor de troca pode ser compreendido como uma representação do trabalho humano incorporado na produção das mercadorias - o que Marx entende como valor, produzido pelo trabalho humano abstrato, vez que não é quantificável apenas pelo número de horas trabalhadas para produzir determinada mercadoria.

Dessa maneira, pensando a moradia a partir destes conceitos, podemos perceber seu valor de uso - constante em atender à necessidade humana de morar - e também seu valor de troca, construído a partir do próprio movimento de intercâmbio de mercadorias e representativo de seu valor. Importante precisarmos esses conceitos para entendermos, em debates posteriores, o que significa a luta, por parte do movimento urbano, pela desmercantilização da moradia, na busca por dissociá-la da dinâmica das relações de troca capitalistas.

É necessário, também, pensarmos o papel que as cidades tem dentro da relação de produção capitalista - como agregam valor às mercadorias produzidas por ele.

Harvey (2005) pensa o processo de produção das cidades – e do espaço – a partir da lógica capitalista de produção, entendendo a sua criação como essencial para a acumulação de capital. Isto pois, nas cidades, se reúnem a força de trabalho, o exército de reserva, os consumidores e possivelmente os locais de produção – é onde se encontram as fábricas, por exemplo. Assim, é possível diminuir os custos com transporte, que integram, para Marx *apud* Harvey (2005) o próprio processo de produção das mercadorias, alterando sensivelmente os preços dos produtos e a margem de lucro e mais-valia dos capitalistas.

É a concentração de homens, mulheres e capitais na cidade, bem como da localização racional que possibilita diminuir ao máximo o transporte da mercadoria – maior proximidade entre a produção e o mercado - que permite o que Marx *apud* Harvey(2005) chama de “anulação do espaço pelo tempo”.

É o que Lefebvre (1991) coloca, ao comparar a cidade à própria fábrica: "além do mais, a Cidade, tal como a fábrica, permite a concentração dos meios de produção num pequeno espaço: ferramentas, matérias-primas, mão de obra" (LEFEVBRE, 1991, pg. 15)

Entretanto, continua Harvey (2005), se as tensões do capital geram a concentração geográfica nas cidades – gerando ao mesmo tempo a concentração de grandes partes do capital na mão de poucos e confinando setores determinados da produção em determinados locais – elas geram por outro lado a expansão geográfica, a partir do aumento espacial dos mercados, baseada na mesma necessidade de criação de novas oportunidades de acumulação para o capital.

Assim, da contradição entre concentração e expansão geográfica surge a tensão permanente entre centro e periferia nas cidades, cuja distância está em permanente extensão. É o fenômeno dos grandes aglomerados urbanos e suas periferias, muitas vezes industriais. É o caso, por exemplo, de Duque de Caxias, cidade em que se localiza a Ocupação Solano Trindade, que trabalharemos ao longo desta monografia.

Para além do aumento dos mercados, a expansão espacial também é necessária para a busca de novos mercados e possibilidades de acumulação primitiva – seja em outros países (lógica do imperialismo ou das colônias) ou seja em áreas ainda não exploradas fora das cidades. Além disso, a expansão gera formas de absorver o excedente de capital e trabalho que não seriam utilizados em outro processo de circulação ou produção do capital.

Essa possibilidade de expansão gera o questionamento que Harvey (2005) coloca ao analisar as obras de Marx, Lênin, Hegel e Von Thunen: é possível a neutralização das contradições do capitalismo a partir do ajuste espacial? É possível que o capitalismo resolva suas crises de acumulação e superprodução se expandindo geograficamente de maneira permanente?

Percebemos, assim, a importância das cidades enquanto espaço para a produção e circulação das mercadorias, enquanto palco para as transições essenciais do capital. Porém a cidade também é o espaço de realização social dos indivíduos - e a localização na cidade influencia enormemente nesta realização – e assim o espaço urbano (a terra) também é tratada

como uma mercadoria, que possui valor, e principalmente, valor de troca.

O local em que habitamos configura mais que a possibilidade de acesso à cidade, ele representa também, como coloca Maricato (2003) o acesso e garantia à direitos. Assim, a relação entre centro e periferia, colocada por Marx, se traduz também na dicotomia entre investimentos públicos e acesso à direitos – como direito à educação, transporte, cultura – de um lado e exclusão, de outro.

Outro aspecto importante, que causa a situação de negação de direitos explicitada por Maricato é o colocado por Farage, Brito, Simões (2015): na sociedade capitalista, em que a regra é a mercantilização de todas as relações, os direitos estabelecidos são vistos não como direitos mas sim como mercadorias. Dessa forma, a regra para acessá-los - para ter, por exemplo, a garantia do direito à moradia - é ter capacidade de pagar, de comprá-los.

O processo de construção das cidades é, contudo, dialético. Assim, se as necessidades do capital criam as cidades e as periferias, gerando a exclusão de direitos dos privados da terra – os trabalhadores pobres, como coloca Maricato (2003) – geram ao mesmo tempo as ferramentas e principalmente os sujeitos que lhes farão resistência.

Existem, portanto, duas cidades em constante processo de embate e contradição: a cidade necessária ao capital e aos capitalistas, pautada pelos discursos da ordem e desenvolvimento - pensada a partir de uma lógica também de controle e a cidade reivindicada pelos trabalhadores, que pautam sua organização à partir de suas necessidades de vida na cidade - como condições básicas de saúde e transporte, educação, lazer e cultura (FARAGE, BRITO, SIMÕES, 2015).

Essa contradição - cidade dos trabalhadores x cidade do capital - é simbolizada igualmente a partir da contraposição, colocada por Mello (2011), entre o direito à moradia e o direito à propriedade. Segundo a autora, quando uma mesma ordem jurídica garante como direitos fundamentais tanto o direito à moradia quanto o direito à propriedade, para que o primeiro possa ser garantido é necessária uma relativização do segundo - que se dá, no nosso ordenamento e a partir da demanda dos movimentos sociais, com a imposição da função social da propriedade.

Isto pois enquanto o direito à moradia, enquanto componente dos direitos humanos, tem perspectiva universalisante e inclusiva, o direito à propriedade tem caráter limitador e de fonte de acumulação de riquezas que ameaça, justamente, a universalidade dos direitos fundamentais.

Percebemos, assim, como esse desenvolvimento cria os tensionamentos entre desenvolvido e o pré-desenvolvido, o moderno e o caótico. Assim, é preciso uma organização social que se adapte às necessidades econômicas, sociais e políticas desse novo modelo - o capitalismo - gerando um Estado que seja capaz de se adequar às necessidades dominantes ao mesmo tempo em que faça concessões à classe trabalhadora que permitam seu apaziguamento frente às novas formas de organização da vida.

As cidades, filhas desse processo desigual de desenvolvimento, são símbolo da conformação desigual também do próprio espaço urbano - que aprofunda e representa essas desigualdades. Dessa forma, o processo de expansão da cidade vem acompanhado da segregação sócio-espacial, que tem por consequência a degradação da própria vida humana. O espaço urbano, em vez de eliminar as classes, passa a ser o local de seu confronto por excelência, bem como de maior exposição de suas contradições - expressadas a partir do território (LEFEVBRE, 2008 *apud* FARAGE, BRITO, SIMÕES, 2015).

Desse modo, a partir do embate e da disputa, é possível pensar a construção contra-hegemônica das cidades (HARVEY, 2014) em que os trabalhadores, responsáveis pela produção de riqueza no espaço urbano e pela construção da própria cidade, dominados não só pelo processo produtivo mas também pela determinação de sua qualidade de vida e acesso à direitos, se negam a ser privados da terra.

Quando ocupam imóveis abandonados nos grandes centros ou se negam a viver sem alternativa de moradia digna, quando transformam e reconfiguram a cidade a partir das favelas e ocupações, entendendo o direito à cidade como fruto do exercício de um poder político coletivo e não consequência de um direito individual à propriedade estes trabalhadores constroem uma outra cidade – na contramão do capital. Uma outra cidade pautada não nas coisas e mercadorias, mas nas pessoas. Que, como disse Mia Couto, seja a

moldura da vida daqueles que nela habitam, um chão para a memória do nosso povo (COUTO, 2007).

É importante, também, entendermos como se formam as cidades a partir dessa nossa margem (ZAFFARONI, 1988, *apud* BATISTA, Vera, 2011), entendendo que a realidade na América Latina e no Brasil, a partir da colonização e da exploração imperialista, gera e modifica os processos de formação das cidades pensados a partir de uma lógica europeia.

Assim, Farage, Brito, Simões (2015) colocam que se opera aqui o chamado desenvolvimento capitalista desigual e combinado, conceito elaborado por Trotsky e trabalhado por Harvey (2005), em que a importação de modelos de produção e sociabilidade dos países capitalistas centrais aos países de desenvolvimento do chamado capitalismo tardio gera a combinação entre o avanço e a modernização próprios da fase capitalista "importada", combinada com aspectos do arcaico e conservador, existentes em nossa sociedade. Dessa maneira, ao importarmos esses modelos, "pulamos etapas" no desenvolvimento dos mesmos, que ocorreram nos países em que eles surgiram, combinando, de maneira desigual, o moderno e o conservador.

Segundo Lowy (1995) o conceito é desenvolvido por Trotsky no primeiro capítulo do História da Revolução Russa (1930), em que ele a coloca como uma proposição universal: com o desenvolvimento e expansão do capitalismo, que se coloca como realidade mundial, de maneira ao mesmo tempo concreta e contraditória, colocando os países do capitalismo tardio à reboque desse processo, e rompendo com uma concepção evolucionista do desenvolvimento e da história, como se todas as etapas estivessem pré-definidas em uma marcha ininterrupta ao progresso.

Pelo contrário, Trotsky ressalta o caráter dialético e complexo desse desenvolvimento, caracterizado nos países periféricos seja pelo salto das etapas intermediárias, seja pela combinação contraditória de elementos do mais avançado e de setores de permanência do mais atrasado economicamente (LOWY, 1995).

O exemplo trabalhado por Trotsky é o da Rússia czarista, e posteriormente, no trabalho "a questão chinesa dentro da internacional comunista", também a China, em que ele fala sobre o "privilegio dos retardatários" rompendo, nesse momento, com o caráter eminentemente

eurocêntrico de seus escritos e mais uma vez indo de encontro à uma concepção linear e desenvolvimentista da história. Trotsky coloca como esses países, considerados como atrasados a partir de uma determinada perspectiva da evolução histórica dominante, podem se tornar a vanguarda da revolução seguinte. É, para ele, o exemplo da França, que não passa pelas reformas protestantes e é sede da primeira revolução não religiosa - a revolução francesa.

Ressalta-se, ainda, que essa dialética se aplica também na relação entre os países e entre regiões de um mesmo país, em que o desenvolvimento e riqueza do centro se baseia na pobreza e exploração da periferia.

É o que coloca Lélia Gonzalez (1986), pensando a realidade brasileira, ao afirmar que existe uma divisão racial do espaço em nosso país. A autora, analisando o período do chamado "milagre econômico", coloca como o processo de acumulação capitalista dependente - que ocorre no Brasil, enquanto país periférico - gera a cristalização de desigualdades regionais, em que há uma região dominante (notadamente o Sudeste) e regiões dominadas (como o Norte e o Nordeste).

Utilizando o conceito do desenvolvimento desigual e combinado, a autora mostra como os aspectos positivos do desenvolvimento econômico brasileiro do período são neutralizados pela deteriorização das condições sociais - no campo e na cidade - e pela maior concentração de renda, para além de ser incapaz de romper com a dependência neocolonial, criando também um colonialismo interno. Deste modo, percebe-se o rompimento colocado por Trotsky com uma concepção de história linear: a realidade brasileira confirma - maior desenvolvimento econômico não significa, necessariamente, melhores condições de vida para a população.

Gonzalez (1986) afirma, assim, que o milagre econômico gerou uma modernização conservadora excludente. Esse modelo, aliado ao racismo enquanto articulação ideológica que permite a divisão racial do trabalho, forma uma massa marginal de trabalhadores negros que tornam-se supérfluos durante o processo de acumulação, sofrendo com os índices de subemprego e desemprego, para além de formarem o exército de reserva das cidades.

Dessa maneira é que também é essencial pensar sobre raça e escravidão ao refletirmos sobre a formação das cidades brasileiras. Em primeiro momento pois os sujeitos de luta por direito à cidade, trabalhadores espoliados nos grandes centros urbanos, expulsos às periferias, são em grande parte, negros, e em segundo momento pois o racismo e a escravidão no Brasil condicionaram a formação do nosso capitalismo e da nossa urbanização, bem como a centralidade da propriedade da terra para sua manutenção, como afirma Martins (2013).

O autor, ao pensar a relação entre fim da escravidão e a lei de terras de 1850, coloca como no Brasil se estabelece a fórmula para coerção laboral do homem livre: "se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava" (MARTINS, 2013, pg. 3).

Dessa maneira, para o autor, o cativo da terra - e o consequente direito à propriedade - estão no cerne da construção de nossa sociedade atual. É a propriedade da terra - constituída a partir da lei de terras - que marca nossa lenta transição ao capitalismo, que impulsiona a mudança de um modo de produção baseado no trabalho escravo para a exploração do trabalho livre assalariado. (MARTINS, 2013).

Ao pensar a transição para o capitalismo brasileira, o autor coloca como, diferentemente do que acontece na Europa, em que a industrialização forma novos produtos - o industrializado em substituição ao manufaturado, artesanal - concomitantemente às novas formas de produção, no Brasil o produto se mantém o mesmo - o café - e também a forma de produção não se altera substancialmente. O trabalhador livre produz o café da mesma maneira que produzia o trabalhador escravo.

Para Martins (2013) o que se altera aqui são as mediações desse processo de produção, que situam o velho modo de produzir o café nas novas formas de reproduzir a riqueza, transformando o fazendeiro de um amansador de gente para um administrador da riqueza produzida pelo trabalho. Assim, mudança de modo de produção no Brasil muda não mudando, pois a transformação das relações de produção ocorre para garantir a manutenção da economia colonial de exportação, forma de realização do capitalismo no nosso país. É assim que, contraditoriamente, aderimos ao trabalho livre e, ao mesmo tempo, retardamos seus efeitos emancipatórios, gerando relações específicas de classe que nos diferenciam do

que ocorreu com a transição européia e a formação de sua classe operária.

Desse modo, com a transição ao capitalismo e a mudança do trabalho escravo para o trabalho livre, Martins (2013) coloca que o que se emancipa é o próprio capital, e não o homem, vez que os escravos libertos, que ganham sua força de trabalho, são dissociados dela, são secundarizados no processo de produção frente à força de trabalho imigrante, que apenas tinha sua força de trabalho, operando-se a substituição de um trabalhador por outro.

Essas considerações são essenciais para pensarmos o direito à cidade no Brasil, vez que a concentração fundiária está no cerne da forma como o capitalismo se realiza em nosso país. Isto pois a propriedade da terra foi usada, também, como forma de extorquir o trabalho livre, forçando a oferta de mão de obra daqueles que buscavam acesso à ela. Deste modo, o fazendeiro do café concentrava, na mesma figura, o proprietário e o capitalista (MARTINS, 2013)

É por isso que a luta por direito à cidade nessa nossa margem tem uma outra configuração, pois a democratização do acesso à terra urbana e rural altera estruturalmente a relação de produção capitalista no nosso país.

É como afirma Baldez (1986), ao propor repensarmos a cidade como um processo histórico de lutas e conquistas, colocando como a produção capitalista das cidades brasileiras tem na propriedade do solo um de seus maiores fatores de lucratividade, o que exponencializa a expulsão do trabalhador dos centros urbanos.

Por fim, no caso específico do Rio de Janeiro - local em que se situam as ocupações com que trabalharemos e a partir de onde tivemos nossa atuação junto aos movimentos sociais urbanos - vigora hoje um "modelo de cidade neoliberal" (VAINER, 2011, pg. 2), em que, com a realização dos megaeventos, se aumentou o déficit habitacional, consequência das inúmeras remoções realizadas no último período, bem como o controle dos territórios - simbolizado pela implementação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e, consequentemente, dos trabalhadores que - precariamente - nele habitam (QUINTANS, 2018)

Vainer (2011) coloca que esse modelo de cidade, cuja consolidação final no Rio de Janeiro se deu nos Jogos Olímpicos de 2016, gera a instauração da por ele chamada cidade de

exceção, que configura simplesmente a democracia direta do capital, sem mediações. Segundo o autor, o planejamento urbano hegemônico no período dos mega eventos, que oferece uma saída à “cidade em crise”, é o neoliberal, pautado na flexibilidade e em noções empresariais, como a de “janela de oportunidade”. Inspirado em Barcelona e no modelo catalão, é acentuada a dicotomia entre a eficiência e a eficácia econômica, de um lado, e a intervenção política e a burocratização, de outro.

Assim, a intervenção do poder público e, sobretudo, do poder político na cidade é vista como um empecilho ao desenvolvimento dos negócios para ela planejados, na melhor concepção da cidade enquanto um “balcão de negócios”, que nega radicalmente o espaço urbano enquanto um espaço político, em que se travam relações diferentes das estritamente necessárias à produção.

Desta forma, nega-se que existam disputas e divergências ideológicas na cidade, havendo apenas um interesse: o da competitividade.

Assim, positivando e almejando uma maior flexibilidade do planejamento urbano e uma consequente menor intervenção política e social nesse processo, passamos a tornar regra um estado de exceção para a cidade, dando uma forma legal para a desregulamentação, para aquilo que justamente não poderia ter uma forma legal (VAINER, 2011, pg. 7).

É essencial ressaltar, contudo, a falência desse modelo – baseado na cidade de negócios, do turismo e dos megaeventos na atual história do Rio de Janeiro, diretamente ligada à própria falência do modelo proposto pelas UPPs e ao agravamento de uma crise econômica, política e urbana, que pretendemos elaborar mais ao longo da monografia.

Para além dos processos que norteiam a formação das cidades, precisamos, também, falar dos sujeitos que constroem uma outra cidade: dos movimentos sociais urbanos de trabalhadores que reivindicam o direito à cidade e atuam na contramão do capital. Em primeiro lugar, colocamos que é intenção desta monografia pensar junto e a partir da perspectiva desses atores sociais, evitando fazer uma retomada histórica linear e não situada, entendendo, como coloca Lowy (2005) que o movimento da história é necessariamente heterogêneo e que a única continuidade na história é a continuidade da dominação.

Desse modo buscamos, a partir do estudo da história e da atuação dos movimentos sociais urbanos, entender a luta pelo direito à cidade por meio de suas raízes nas lutas do passado. Sem essa perspectiva da história que sirva para a vida e para ação (LOWY, 2005) não seria possível que as classes oprimidas realizassem seu papel de liberação pois, como coloca Benjamin *apud* Lowy (2005): “A última classe que luta contra a opressão (...) não pode realizar esse papel se esquecer seus ancestrais martirizados: **não há luta pelo futuro sem memória do passado** (grifos nossos – Lowy, pg. 109, 2005)

Assim, buscaremos entender os movimentos sociais urbanos – mais especificamente o movimento nacional de luta por moradia (MNLN) e o movimento dos trabalhadores sem teto (MTST) – a partir de sua trajetória de luta e memória. Honrando, como os próprios movimentos fazem, nas suas bandeiras, falas e homenagens, aqueles que nos antecederam, e que caíram na luta por uma cidade mais justa. É o que lembram nas marchas, nas falas, como na palavra de ordem gritada pelo movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST): “Para dividir a terra, tanto sangue derramado, na luta por um pedaço de chão.”¹

Antes de tudo, é importante ressaltar o papel dos movimentos sociais urbanos enquanto sujeitos coletivos essenciais à luta por democratização da cidade e fim das desigualdades nela presentes. Para além disso, compreender a sua heterogeneidade, com divergências estratégicas e políticas entre os diversos movimentos que os compõe também é importante para compreender sua atuação.

Farage, Brito e Simões (2015) fornecem, contudo, alguns elementos de aproximação que permitem o estudo da atuação, no geral, do que chamamos de movimentos sociais urbanos: o fato de se originarem fora do espaço produtivo formal (os locais de trabalho, da centralidade da contradição capital x trabalho); o seu caráter anticapitalista; o aspecto classista de sua organização para a luta; a articulação, nas suas mobilizações, de diferentes aspectos da vida cotidiana nas cidades; sua autonomia em relação aos governos em paralelo com a abertura de canais de diálogo com o poder público para garantia de suas demandas imediatas; entre outros.

¹ Frase retirada do site do MST, disponível em < <http://www.mst.org.br/2017/04/22/para-dividir-a-terra-tanto-sangue-derramado-na-luta-por-um-pedaco-de-chao.html>>, último acesso em 24/06/2019.

A partir destes elementos comuns poderemos compreender melhor os movimentos urbanos que serão protagonistas nesta monografia, notadamente o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN) e o Movimento dos trabalhadores sem teto (MTST), que podem ser chamados também como movimentos populares, por representarem setores do povo organizados, expressando seus interesses (RIBAS, 2009), sendo a relação destes com o direito outro tema importante para discutirmos².

Portanto, é necessário entender que a reivindicação e a relação destes com o direito cumpre papel importante na decisão de seu repertório de ação coletiva (TARROW, 2009) – é denunciando a ausência de efetividade de dispositivos constitucionais como o direito à moradia e a função social da propriedade, bem como a partir de sua luta organizada (em ocupações ou por via institucional) que o movimento constrói suas demandas e repertórios, denunciando as contradições da cidade criada nos marcos do capital.

De forma dialética, é também através da ação direta dos trabalhadores que se ampliam e garantem os direitos estabelecidos - como por exemplo o direito à moradia, previsto no artigo 6º, bem como os artigos 182 e 183, todos da CF/88, referentes ao capítulo da reforma urbana. Não só se ampliam como se garantem, como ocorreu com a Assembleia Nacional Constituinte, em que a mobilização do movimento pela reforma urbana teve papel essencial para garantir o texto constitucional - tema que trabalharemos ao longo da monografia.

1.1 – O Movimento Nacional de luta por Moradia (MNLN)

O movimento nacional de luta por moradia, segundo Irene Mello (2011), é um dos quatro grandes movimentos de luta por moradia, ao lado da Central de Moradia Popular (CMP), da União Nacional por Moradia Popular (UNMP) e a Confederação Nacional de Associação de Moradores (CONAM) e se organiza hoje em 16 estados brasileiros, organizando, no Rio de Janeiro, 4 ocupações urbanas, dentre as quais a ocupação Solano Trindade, que será estudada com maior atenção nesta monografia. Ainda segundo Irene (2014), o Movimento surge na década de 1990, do acúmulo de lutas urbanas do período,

² Trabalharemos, na monografia, majoritariamente com o termo "movimentos sociais" e "movimentos sociais urbanos" a partir da definição apresentada por Farage, Brito e Simões (2015), porém quando fizermos referência ao texto de Ribas (2009) usaremos a categoria "movimentos populares" por ser com ela que o autor trabalha, reivindicando o caráter classista do movimento.

principalmente nos 10 anos anteriores, em que passam a ocorrer diversas ocupações de terras em cidades grandes e médias, consequência da intensificação do êxodo rural da década.

Assim, as diversas lideranças locais dos movimentos por regularização da terra e dos prédios urbanos ocupados começam a ter notícias umas das outras, principalmente a partir da atuação da igreja católica via Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), se articulando nacionalmente a partir também da ANSUR (articulação nacional pelo solo urbano). Surge, porém, segundo Mello (2011) a necessidade de articulação de um movimento social por moradia, em decorrência do entendimento do caráter da ANSUR enquanto mais ligado à assessoria técnica.

Deste modo, em 1990, no Estado de Goiás, é criado o Movimento Nacional de Luta por Moradia, com o intuito de alcançar a “solidariedade pelo espaço urbano”.

De acordo com o site do movimento³, seus objetivos são organizar a classe trabalhadora de modo a garantir uma reforma urbana controlada pelos trabalhadores, garantindo uma universalização de direitos sociais, para construir uma sociedade socialista e mais igualitária. É importante também salientar que figuram entre os objetivos do MNLM não apenas a luta pela casa, mas também por saneamento básico, saúde e educação. Percebemos assim como já está presente, desde a sua criação, a concepção do movimento em relação à moradia: não como um direito ligado apenas à morar embaixo de um teto, mas ao direito de ter uma vida urbana digna, a partir da garantia de uma série de outros direitos.

Para garantir a moradia às classes populares, o MNLM contesta o valor de troca da moradia⁴ e também da cidade, lutando por investimento público que garanta a moradia de interesse social, a partir de políticas públicas e planejamento que possibilitem a melhora na qualidade de vida da população de baixa renda.

Por ser um movimento nacional, como coloca Mello (2011), o movimento tem

³ Disponível em < <https://lutapelamoradia.wordpress.com/>>, último acesso em 24/06/2019.

⁴ Como explicamos no tópico anterior, por valor de troca da moradia podemos compreender, nos termos propostos por Marx, o valor dissociado de sua utilidade imediata na satisfação da necessidade humana de morar - sendo pautado pela dinâmica do intercâmbio de mercadorias que, no caso da moradia, abre margem para a especulação, bem como para a não universalização de seu acesso vez que, por ser entendida como mercadoria, a moradia será restrita a quem puder comprá-la

variações políticas importantes a partir de cada local em que se organiza. O MNLM-RJ, que é com quem trabalhamos nesta monografia, tem como prioridade a luta pela desmercantilização da moradia, o que embasa sua estratégia prioritária de ocupação de imóveis urbanos vazios em áreas centrais, de forma a denunciar o descumprimento da função social da propriedade e da cidade, no lugar de se mobilizar por programas de acesso à moradia.

Para cumprir este objetivo, o movimento atua também, a partir das ocupações, na formação política de seus militantes. Mello (2011) coloca como os militantes já organizados buscam desconstruir, na base do MNLM, o ideal da casa própria, da conquista individual da propriedade privada, a partir de uma prática que afirme a necessidade da posse ser gerida pelo coletivo e não individualmente.

Desse modo, a vida nas ocupações do MNLM é muito diferente da vida em um condomínio de apartamentos, e isso impacta na formação e na atuação de seus moradores. Assim, uma moradora afirma que, diferente de morar de aluguel, morar em uma ocupação significava fazer parte, construir constantemente a sua moradia (MELLO, 2011). Isso se reflete, por exemplo, na proibição de compra e venda dos apartamentos das ocupações, extremamente enraizada entre seus moradores, que entendem que "a casa é para morar" (MELLO, 2011, pg. 39), demonstrando a importância do processo de conscientização para a compreensão da casa enquanto um direito e não uma mercadoria.

Assim, novamente percebemos a importância do movimento na disputa, com o capital, da construção das cidades e do significado da moradia. Isto pois, ao ocuparem imóveis em regiões centrais, para além de moradias bem localizadas e próximas aos centros de produção, em regiões com infraestrutura gerada pelo Estado e oferta de emprego, o movimento também disputa o poder político e cultural dominante na cidade. Dessa forma, com práticas culturais próprias dos trabalhadores (como por exemplo a roda de samba e forró que acontecem na ocupação Manuel Congo – no centro do Rio) e a prática política coletiva a partir da auto-gestão das ocupações, o movimento disputa e resiste em uma cidade pautada na individualidade e na sociabilidade da classe dominante.

Para além de mencionarmos sua trajetória, é importante, também, entender a articulação do MNLM enquanto movimento social. A partir do conceito de Charles Tilly (1977) podemos

entender o movimento enquanto um desafiador da ordem no processo político, que se utiliza da ação coletiva para pressionar e fazer valer suas demandas⁵. Nesse sentido, como também explora Doug McAdam (1982), em um sistema desigual, a partir da perspectiva do processo político, o poder é concentrado em um grupo muito pequeno de indivíduos, e a grande maioria da sociedade é excluída das decisões que afetam as questões mais importantes de sua vida.

De acordo com o autor, entretanto, um movimento social pode ter sucesso ao intervir nesses processos a partir de sua importância dentro dos processos econômicos, que lhe confere um poder estrutural. Assim, quando o MNLM, movimento composto, por sua maioria, por operários e trabalhadores, segundo o site do próprio movimento, ocupa um prédio no centro da cidade, ele desafia a lógica política, com sua periferia reservada aos pobres, e coloca para os excluídos a possibilidade de subversão dessa lógica a partir da ação coletiva.

Esta ação, por sua vez, tem, para a burguesia que controla o poder e as decisões, um caráter anti-institucional e por vezes até considerado ilegal (haja vista, por exemplo, as constantes ações de reintegração de posse movidas contra o movimento), o que só reforça, para Doug McAdam, o caráter desafiador do movimento.

Essas ações, mesmo que reprimidas pelo Estado, são ainda capazes de pressionar as classes dominantes e colocar em contradição as ideologias institucionais (como o direito à moradia digna e a função social da propriedade, ambos previstos constitucionalmente, nos artigos 6º e 182 da CF/88, respectivamente) e a realidade social, composta por prédios abandonados - sem função social - e milhares de pessoas sem ter onde morar. Reforçando, de maneira clara, o que coloca a expressão, muito usada pelos movimentos de moradia: "tanta casa sem gente e tanta gente sem casa".

Desta forma, quando o MNLM ocupa imóveis no centro das cidades, como é o caso da Ocupação Manoel Congo, no centro do Rio de Janeiro, reivindicando o acesso do povo às infraestruturas urbanas – como rede de água, transporte, escolas - inclusive a partir de um

⁵ Ressaltamos aqui que neste ponto os autores trabalhados - Charles Tilly e Doug McAdam não pensam o movimento social a partir de categorias de análise marxistas, porém os utilizaremos como forma de complementar o debate sobre movimentos sociais, para além de precisarmos conceitos importantes como "repertório de ação coletiva".

entendimento do direito de moradia como parte de um conjunto de uma série de direitos sociais – como o direito à saúde e à educação, coloca em evidência essas contradições entre o direito e a realidade social, atuando na contramão da construção das cidades. Essa concepção está presente na fala dos moradores da Ocupação Manoel Congo, entrevistados por Irene Mello (2014), que colocam como pessoas pobres morarem no centro da cidade configura uma afronta ao modelo estabelecido, para além de possibilitar com que eles tenham direito aos processos de produção da cidade.

A relação do MNLM com o direito se dá, portanto, em primeiro grau com a denúncia do discurso de direitos e a efetiva concretização deles, partindo de um esforço de universalização dos mesmos, como se vê nas falas dos moradores entrevistados por Irene Mello. Para além disso, existe também um esforço do movimento no sentido de concretização, no que tange, por exemplo, ao princípio da função social da propriedade (artigo 182, CF/88), presente quando o movimento ocupa imóveis abandonados, que não cumpriam sua função social, dando à ele, a partir da ocupação e da ação coletiva, a sua função exigida constitucionalmente, bem como garantindo o direito à cidade e à moradia digna (QUINTANS, 2018).

O MNLM também está presente nas instituições que pensam a política urbana, como o Conselho das Cidades, e participa do processo da Conferência de Cidades, para além de ser integrante do Fórum Nacional pela Reforma Urbana (FNUR) que pensa a efetivação dos dispositivos constitucionais sobre a reforma urbana (MELLO, 2014).

Deste modo, percebe-se a relação do movimento com a própria positivação do direito, principalmente no tocante às questões de moradia. Lideranças históricas do movimento participaram, por exemplo, das mobilizações do Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) à época da Constituinte, como abordado por Fátima Tardin (2012), participando da formulação da Emenda Popular sobre a Reforma Urbana que culmina, a partir dos debates da assembleia nacional constituinte, no capítulo sobre a Reforma Urbana na Constituição de 1988.

Ao participar do Fórum Nacional pela Reforma Urbana o movimento atua, também, no processo de elaboração do Estatuto da Cidade (lei 10.257/2001), que visa dar efetividade aos artigos 182 e 183 da Constituição e vem sendo enormemente aplicado em questões referentes

à regularização fundiária urbana.

O MNLM realizou diversas ocupações no Estado do Rio de Janeiro, entre elas a Ocupação Manoel Congo, situada ao lado da câmara dos vereadores e a Mariana Criola, ambas no centro da cidade do Rio e a Ocupação Solano Trindade, situada em Duque de Caxias. O NAJUP Luiza Mahin assessora a Ocupação, acompanhando juridicamente e realizando oficinas junto com os moradores desde 2016, cuja experiência detalharemos ao longo da monografia.

A Ocupação Solano Trindade teve início em agosto de 2014, quando o movimento ocupou um terreno, que pertencia ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), cedido à uma organização internacional - o Centro Pan-Americano de Febre Aftosa, mas que descumpria sua função social, estando desocupado há anos.

Foi proposta ação de reintegração de posse (processo nº 0001169-11.2014.4.02.5118) contra a ocupação, que hoje é defendida juridicamente pelo coletivo de assessoria jurídica popular Mariana Criola em conjunto com o NAJUP Luiza Mahin, que também acompanha os processos administrativos junto ao INCRA e à Superintendência de Patrimônio da União (processo administrativo nº 04967.017116.2914.24) para a cessão do terreno ao movimento, de forma a serem construída habitações de interesse social.

1.2 O Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST)

Segundo Goulart (2011) o MTST surge do cenário de reabertura política e reorganização dos movimentos sociais no final da década de 1990. O movimento surge com intenso diálogo e proximidade com o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), conforme mencionado inclusive na Cartilha do Militante (2005), que, ao fazer menção à origem do movimento atribui ao MST papel essencial na sua criação – colocando que, ao ser um movimento sério de luta pela terra do trabalhador rural, entendendo que, naquele momento, a maior parte do povo pobre se encontrava nas cidades, compreendia a importância de ajudar na luta do trabalhador urbano por terra e melhoria de vida.

Percebemos, assim, a vinculação muito forte que o movimento estabelece (de maneira

similar ao MNLM) entre a luta no campo e na cidade, sendo similar em seu repertório de ação coletiva ao MST, configurando-se enquanto movimento de intervenção da classe trabalhadora nas cidades que juntasse as duas lutas em uma só, defendida em uma só bandeira (Cartilha do Militante, *apud* Goulart 2011).

Ainda segundo a autora, diversos militantes do MTST confirmam essa relação, colocando que, no momento de criação do movimento, diversos integrantes do MST passaram a compor o MTST. Sendo assim, Goulart (2011) coloca a possibilidade da criação do MTST enquanto uma ampliação do trabalho do MST nas cidades, possibilidade que o movimento passasse a articular também a luta urbana.

Outra possibilidade também colocada pela autora é não que o movimento tenha surgido como um braço do MST, mas sim de um momento de maior diálogo do último com os movimentos urbanos, simbolizado, por exemplo, pela passagem da Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, de 1997, pelas cidades.

De qualquer forma, a autora coloca com segurança a relação estreita entre os dois movimentos e a importância do MST para o impulsionamento do MTST.

A cidade em que o movimento inicia a sua atuação é Campinas, cidade com grande déficit habitacional e com mobilizações desarticuladas de movimentos por moradia, principalmente a partir da ocupação de prédios abandonados na cidade. Para além disso, a grande quantidade de áreas desocupadas e a proximidade com os grandes centros urbanos também foi um fator importante considerado pelo movimento (GOULART, 2011).

Assim, entre as ocupações o movimento vai se articulando enquanto centro das mobilizações de luta por moradia na cidade, sendo um dos organizadores do dia do trabalhador realizado dia 02 de maio de 1997 e estando presente, ao lado do MST, da Central dos Movimentos Populares (CMP) na Marcha pela Reforma Urbana, Emprego e Justiça realizada em julho de 1997.

A partir da primeira ocupação realizada em Campinas - a ocupação Parque Oziel - o movimento passa por um momento de revisão de sua metodologia e forma de atuação,

passando também por um processo de nacionalização que o desvincula do MST, sem negar as bases que os uniam.

Assim, no momento de crescimento do neoliberalismo no país, na década de 1990, com Fernando Henrique Cardoso no poder, o MTST se consolida enquanto um movimento social da classe trabalhadora, instrumento político de organização da luta de classes na cidade, a partir da luta por moradia. Era um movimento, de enfrentamento à ordem vigente, que buscava na base pobre das cidades - não necessariamente mobilizada em sindicatos a partir do emprego, devido ao aumento do desemprego e dos empregos precários, que gerava a diminuição do mercado formal de emprego - a mobilização de enfrentamento ao neoliberalismo.

Nos anos 2000, com a nacionalização do movimento e regionalização em São Paulo, o movimento vivencia seus primeiros despejos e sofre com o processo de criminalização, aumentado após a eleição de Lula, a partir da pressão conservadora e do medo da mobilização dos movimentos sociais e sua relação com o governo.

O movimento estabelece as suas atuações prioritárias no território a partir das ocupações, enquanto forma de pressionar o poder político nas cidades, de aproximar e consolidar novos militantes e reforçar uma lógica de viver em coletivo, criando um "cinturão de lutas" nas cidades e regiões do país.

O MTST, assim como o MNLM, dialoga com o Ministério das Cidades buscando melhores condições para a garantia das conquistas em moradia, reforçando assim também esse diálogo com a institucionalidade, com a luta como forma de pressioná-la. A partir da pressão junto ao ministério das cidades, aliado ao acorrentamento de militantes em um condomínio de apartamentos que o então presidente Lula tinha residência é que o movimento consegue ser incluído no projeto Minha casa, minha vida, garantindo uma via mais fácil de conquista de moradia aos ocupantes constantemente despejados das ocupações realizadas pelo movimento (GOULART, 2011).

Percebemos, também, a relação de demanda dos direitos e a exposição da contradição entre o legal e o real, entre o direito à moradia digna presente na Constituição Federal e a

realidade de descaso e violência com que são tratadas as ocupações do MTST.

Goulart (2011) apresenta uma crítica no tocante às relações dos movimentos urbanos com a institucionalidade, quando os limites não são bem estabelecidos e o que ocorre é uma institucionalização do movimento, gerando o rebaixamento das reivindicações, que passam a estar sempre atreladas a algum grau de negociação, sendo vinculadas à mandatos no poder legislativo ou executivo.

É importante pensar o MTST, assim como o MNLM, como um organizador dos trabalhadores pertencentes à faixa de maior pobreza, excluídos pelo desemprego ou pelo crescimento dos empregos precários em serviços, organizando essa base social para a luta a partir de moradia, por serem essas pessoas as privadas da terra, moradoras das periferias dos grandes centros urbanos, sem infraestrutura, morando muitas vezes em situação de risco.

O MTST organiza, assim, esses trabalhadores empurrados para o trabalho informal e precário, ou excluídos em definitivo do processo produtivo, que partem de uma série de situações de moradia - com ônus excessivo de aluguel, morando com diversas pessoas em casas pequenas, morando de favor - e a partir de um processo de construção política coletiva, essas pessoas passam a se entender como "sem teto". Como coloca Goulart (2011) não ter casa não é sinônimo de ser sem-teto. Ser sem teto é, portanto, uma identidade coletiva forjada a partir da luta por moradia e do entendimento de pertencer à essa luta.

Sobre os “sem casa” é importante ressaltar a especificação que faz Boulos (2012): podem se considerar como sem casa não apenas aqueles que de fato não tenham onde morar (déficit habitacional quantitativo) mas também todos aqueles que hoje vivem em situação precária, em moradia que não garanta direitos humanos e fundamentais mínimos, qualificada enquanto moradia inadequada (déficit habitacional qualitativo). Segundo o autor, cerca de 1/3 dos brasileiros não possui moradia em condições dignas, entendidas como aquelas sem serviços e infraestrutura básica, como coleta de lixo, esgoto, água encanada.

Boulos (2012) busca explicar essa identidade coletiva do “sem teto”. Partindo da desconstrução do lugar comum – que o sem teto é apenas aquele em situação de rua, mendicância, miséria - para afirmar: muito longe da exceção, o sem teto, seja o que sacrifica a

maior parte da sua renda com aluguel, seja o que mora de favor em casas superlotadas, é uma identidade de grande parte dos trabalhadores brasileiros, a quem o capitalismo relegou suas armas mais afiadas: desemprego, violência, superexploração.

O autor prossegue, saindo das definições mais genéricas e passando a relatar as histórias reais dos trabalhadores que hoje constroem o MTST. Migrantes do nordeste, famílias despejadas dos lotes que compraram após serem enganadas por grileiros, trabalhadores informais, idosos que passaram anos esperando no cadastro de programas habitacionais: todos aqueles que, com seu suor, construíram a cidade e nela não lhes foi garantido um lugar digno para morar.

Em todos os relatos, duas coisas em comum: a impossibilidade de comprar uma casa, independentemente dos anos de trabalho e a apreensão inicial em participar de uma ocupação, fosse por medo dos "sem teto", fosse por medo da polícia.

Assim, outro elemento importante de análise é entender como, ao se organizar para reivindicar direitos, esse movimento (assim como o MNLM) é colocado na lógica da ilegalidade, sendo tratado como caso de polícia. Interessante como ocorre essa desconstrução não só da ilegalidade, mas da concepção do sem-teto enquanto vândalo, enquanto invasor. Goulart (2011) mostra como militantes do MTST passam por esse processo:

Eu era daquelas pessoas do contra, contra ocupação de terra [...] eu achava meio engraçado, só que aí eu fui visitar, só pra ver como ela estava, se estava debaixo da lona. Porque minha mãe, não. Prefiro ficar eu que deixar a senhora debaixo da lona, em situação meio precária. Ela foi, muito insistente, insistiu muito. A gente pediu pra ela voltar, no outro dia ela estava lá de volta. E foi ficando. Eu fui mudando até a minha ideia, vendo que não era tudo isso, não tinha nada a ver com vandalismo. Sei lá, tomando o que é dos outros... Fui vendo que é a forma mais correta, se não está cumprindo nenhuma função social, essas propriedades tem que ocupar mesmo (MIAGUSKO, 2008, p. 211 apud GOULART, 2011, p. 84)

Assim, se constrói a identidade do sem- teto: lutador, trabalhador, pobre. Em oposição ao rico, ao político, que coloca os militantes como vândalos e o movimento, como ilegal. Percebemos, também, no discurso do militante a presença da demanda por direitos- o entendimento que o movimento não só não é ilegal como tem um papel essencial na garantia dos direitos previstos constitucionalmente - como coloca o sem-teto ao dizer que se a propriedade descumpra a função social ela deve ser ocupada mesmo.

Importante colocar também que o MTST se reivindica enquanto movimento popular, enquanto movimento de trabalhadores que se organiza para a garantia de direitos negados pelo Estado - não só o direito à moradia e à terra mas o direito aos serviços básicos e que luta contra a violência que sofrem os trabalhadores enquanto classe - a violência policial, a violência de um Estado que mata "pelo cansaço, pela enchente, pela fome" (GOULART, 2011).

Percebemos novamente a concepção de direito à moradia defendida pelos movimentos populares urbanos: direito não só à casa mas à vida digna e ao acesso às infraestruturas urbanas.

Os objetivos do MTST, presentes em sua Cartilha do Militante, são a conquista da moradia, a reforma urbana e a transformação social por meio da construção coletiva (GOULART, 2011). Percebemos, novamente, a proximidade com os objetivos do MNLM, inclusive porque o MTST se pretende, assim como o movimento nacional, não apenas a lutar pela reforma urbana mas a construir uma outra sociedade possível, entendendo que a construção de cidades verdadeiramente democráticas, em que a moradia e a terra não sejam entendidas como mercadoria, passa necessariamente pela transformação da sociedade capitalista em que vivemos.

Uma diferença, entretanto, do MTST é que ele não se coloca enquanto um movimento de moradia, mas sim um movimento que se organiza a partir da moradia para uma luta "contra o conjunto", sendo o capitalismo esse conjunto. Assim, a falta de moradia digna é apenas um aspecto de uma sociedade maior que transforma a tudo e todos em mercadoria, e que desvaloriza a vida do trabalhador.

Desse modo, pretende o MTST construir uma base social articulada e mobilizada, tendo também por bandeira a construção do "poder popular". Para isso, o movimento entende ser importante construir bandeiras que conectassem o dia a dia militante e os objetivos maiores de construção do socialismo, algo que Trotsky (1938) chamou de programa de transição - bandeiras que permitam explorar a contradição da sociedade capitalista, mobilizando as pessoas por pautas - como o direito à moradia- estabelecidas como direito mas que o

capitalismo não consegue implementar - ao menos em realidades como a brasileira.

O MTST disputa, também, a própria concepção de reforma urbana, entendendo que ela deve ser um projeto de classe, organizado contra a cidade do capital, disputando-a a partir da lógica da apropriação coletiva do espaço (GOULART, 2011).

O movimento prioriza, assim com o MNLM, as ocupações enquanto ferramenta política prioritária, enquanto espaço de auto gestão e protagonismo dos trabalhadores, espaços de exercício da coletivização, de contraposição ao modelo de cidade individual.

Entre os princípios do MTST, também descritos na Cartilha do Militante, podemos citar a correspondência entre compromisso e poder de decisão, traduzidos na máxima "só pode decidir quem ajuda a construir" e o estímulo aos valores socialistas.

No que toca as relações do MTST com a demanda por direitos e à institucionalidade da Reforma Urbana, é importante ressaltar a avaliação do movimento sobre o programa Minha casa, minha vida. O MTST afirma que o programa foi criado para privilegiar muito mais os interesses do capital do que o do povo pobre sem moradia nas cidades, aquecendo a especulação imobiliária e enriquecendo as empreiteiras.

Entretanto, o programa foi capaz de cadastrar 18 milhões de famílias em programa de moradia, o que geraria uma contradição muito grande com a própria base social do MTST caso o movimento se posicionasse contrariamente. Assim, o MTST se insere no programa, sem deixar de colocar suas críticas e defender, por exemplo, o plano nacional de desapropriações - por entender que sem ele não podemos falar em democratização do acesso à terra, bem como luta para garantir a qualidade das moradias.

Para além disso, uma outra mediação possível, que é a preferencial do MTST- que representa uma menor concessão em relação às críticas do movimento - como o lucro de o MCMV gera às empreiteiras⁶ e seu papel no aumento da especulação nas cidades - era o programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades, que possibilitava o acesso pelos movimentos

⁶ Eblin e Brito (2015) afirmam que o programa Minha Casa, Minha Vida chegou a gerar R\$ 159 bilhões em receitas para as empreiteiras envolvidas nos projetos, apenas entre os anos de 2010 a 2014 (EBLIN E BRITO, 2015, pg. 12)

sociais e garantia relativa autonomia destes para a construção das unidades de habitação, sendo possível, assim, a construção de moradia dentro dos parâmetros mínimos de dignidade defendidos pelos movimentos. Infelizmente, com os cortes do Governo Temer, o programa deixou de existir, sendo bastante pessimista o cenário relativo aos programas de moradia popular nesse período.

Assim, percebemos a necessidade de disputar o sentido da luta por moradia - não uma luta pela construção de mais habitações mas sim uma luta por redistribuição e acesso à terra, que simboliza não só um teto para morar mas uma vida urbana digna. Esse debate é importante, inclusive, em um cenário de alegada "crise" que embasa cada vez mais cortes nos programas e setores sociais - em que se alega não haver dinheiro para esse tipo de política. Necessário se faz, portanto, o embate travado por Maricato - a luta por reforma urbana é a luta por reparação das apropriações indébitas, pelo setor privado, das terras públicas, é a luta por divisão da terra e regularização do uso do solo, que de fato democratiza e garante o direito à moradia.

A atuação e o estabelecimento do MTST no Rio de Janeiro, que será mais detalhadamente estudado nesta monografia, após tentativas frustradas nas décadas de 1990 e 2000, começa a ocorrer em 2014, a partir da Ocupação Zumbi dos Palmares, realizada nos chamados "latifúndios urbanos"⁷ em São Gonçalo (QUINTANS, 2018), sofrendo reintegração de posse, com decisão liminar, pouco depois da ocupação.

Antes de desocupar o terreno, contudo, o MTST conseguiu negociar com a prefeitura de São Gonçalo a construção de 1000 unidades habitacionais pelo programa Minha Casa, Minha Vida - entidades. O acordo, entretanto, ainda não foi realizado pela prefeitura, e o movimento segue pressionando o poder público para garanti-lo.

Após a ocupação em São Gonçalo, o movimento realizou outra ocupação em Niterói no ano de 2015, sendo novamente despejado a partir de reintegração de posse, porém obtendo outro acordo com a prefeitura para entrega de unidades habitacionais.

⁷ Quintans (2018) define os latifúndios urbanos como sendo "grandes propriedades urbanas normalmente não edificadas que descumprem a função social da propriedade e apenas contribuem para a especulação imobiliária" (QUINTANS, 2018, pg. 10)

Em 2016, o MTST realiza, em conjunto com moradores que haviam sido anteriormente removidos do local, uma ocupação no Rio de Janeiro, no terreno do que fora a favela da Skol, no complexo do Alemão. A ocupação foi feita para denunciar a situação das famílias removidas, a quem foram prometidas habitações que nunca foram entregues. O movimento foi, no entanto, violentamente reprimido pela polícia militar no dia seguinte à entrada no terreno, que prendeu e agrediu militantes sem teto que estavam no local (QUINTANS, 2018).

A última ocupação do MTST no estado do Rio foi feita em 06 de abril de 2018, em terreno em Niterói. Chamada de ocupação 06 de abril, foi feita para denunciar os 10 anos da tragédia do morro do bumba, em que as famílias desabrigadas até hoje não tem alternativa de moradia, para além de cobrar da prefeitura o cumprimento do acordo realizado com o movimento em 2015.

A ocupação foi realizada em um terreno que seria destinado à construção de um posto de saúde para a localidade, que no entanto nunca foi concluído, servindo também para denunciar o descaso do poder público com a realização de obras para a população. O NAJUP Luiza Mahin vem acompanhando a ocupação, que foi desfeita também a partir de acordo com a prefeitura, mas o MTST permanece realizando atividades em praça pública próxima ao terreno, fazendo debates, entre os quais uma oficina sobre direito à cidade, facilitada por integrantes do NAJUP.

2. OS MOVIMENTOS E O(S) DIREITO(S)

2.1 – Uma análise crítica do direito

A relação dos movimentos sociais urbanos com o direito é central para entendermos suas formas de atuação e estabelecimento de demandas, bem como suas articulações e influências para a construção do que chamamos de “direito à cidade”.

Em primeiro momento, é necessário precisarmos com qual concepção de direito vamos trabalhar, e quais os sujeitos de sua criação. Ressalta-se que trabalharemos aqui com duas construções: em primeiro momento vamos trabalhar as análises do direito por um viés marxista, para conceituar teoricamente onde se situa a produção e a função do direito oficial

para o capitalismo, buscando também os referenciais de usos alternativos do direito e possibilidade de construção de um outro direito, que não o estatal. Por fim também buscaremos, no capítulo, trazer o olhar dos movimentos sociais urbanos trabalhados sobre o direito, não necessariamente apenas o estatal, e como ele se insere (ou não) em sua luta anticapitalista, bem como a influência da luta organizada para a construção do direito positivo.

Pensar a produção do direito dentro das dinâmicas de reprodução social capitalista significa pensar, também, a função do Estado nas sociedades capitalistas e sua forma política. Trabalharemos aqui, principalmente, com as conceituações de Mascaro (2013).

Para o autor, a forma política estatal pode ser entendida como um tipo específico de aparato social terceiro em face da relação de circulação e reprodução econômica capitalista. Assim, no capitalismo, o campo do político deve necessariamente ser visto como um terceiro independente em relação aos agentes de produção do capitalismo, qual sejam: o capital e o trabalho assalariado.

Isso significa que o Estado se constitui, também, de maneira independente em relação às classes - burgueses e trabalhadores. Ser um terceiro não significa, contudo, que o Estado seja indiferente às relações sociais, pelo contrário: é justamente ao se colocar como terceiro que ele interfere decisivamente na vida social.

Mascaro (2013) diverge, deste modo, das interpretações que reduzem o Estado a um "mero comitê gestor dos interesses da burguesia" (MASCARO, 2013, pg. 59). Isso pois, segundo o autor, sua forma política emerge como um poder distinto do interesse imediato das classes e se podemos dizer que o Estado é burguês não é pela captura de seus aparatos pela burguesia mas sim porque a existência da forma política estatal é essencial à reprodução econômica do capitalismo. Nas palavras do autor: "o Estado não é o domínio dos capitalistas: o Estado é a forma política do capitalismo" (MASCARO, 2013, pg. 64).

Assim, a luta de classes no capitalismo é constantemente perpassada pela forma política estatal em uma relação dialética: a luta modifica o Estado e, vice-versa, a forma política estatal a condiciona. Isto ocorre pois a mesma origem formal e estrutural da luta de classes - a

separação entre produtores e possuidores dos meios de produção, formando classes sociais distintas, se reflete na forma específica do capitalismo - a forma política estatal (MASCARO, 2013).

As contradições trazidas com a luta de classes são conformadas pelo Estado, e a maior parte dos antagonismos são absorvidos por ele e pelas demais formas sociais capitalistas. A forma política estatal assegura que o conflito se desenvolva dentro da reprodução social própria do capitalismo - apenas em situações de extrema contradição é que as formas sociais capitalistas podem se mostrar insuficientes para processar os antagonismos sociais.

Dessa maneira, podemos dizer que o Estado, no capitalismo, se institui para comportar a luta de classes em seu interior, e sempre configurar esta luta a partir de termos políticos. Assim, as diversas configurações do Estado são consequência da dinâmica da luta de classes, estando as instituições estatais sujeitas à mudanças a partir da correlação colocada. Por isso é que capital e trabalho se fazem representar, ambos, dentro dos aparatos do Estado e suas instituições - se pautando a luta de classes, dentro da forma política, também como uma disputa por influência dentro das instituições (MASCARO, 2013).

O Estado, mergulhado na sociedade, é constituinte e constituído das relações sociais - está imerso e não alheio à elas- e não poderá ser totalmente indiferente aos trabalhadores mas tampouco poderá ser estruturalmente libertador, uma vez que não há poder político indiferente ao capital.

Deste modo, as demandas dos trabalhadores são processadas pelo Estado sob a forma de, por exemplo, direitos subjetivos conquistados. Por outro lado, o Estado condiciona a luta de classes em formas sociais comportadas dentro do capitalismo, de modo que ela não se dê pelo confronto social direto mas sim pela forma econômica - pelo interesse dos indivíduos livres e iguais - ou pela forma política - acesso político pela via eleitoral, organização em sindicatos, etc.

O Estado contribui, assim, para construção da ideologia que forja as classes e que lhe é externa. Se no capitalismo as relações sociais entre as classes são individualizadas e atomizadas, o Estado atua nessa subjetivação ao fragmentar as classes e grupos sociais em

cidadãos - e a qualificar todos como sujeitos de direitos. Interessante perceber que, se nem todos os Estados capitalistas reconhecem os sindicatos e formas de organizações coletivas dos trabalhadores, pelo menos de modo geral eles reconhecem (ao menos formalmente) que todos os indivíduos são sujeitos de direito (MASCARO, 2013). Importante ressaltar, ainda, que mesmo o reconhecimento jurídico dos sindicatos e entidades de classe serve à conformar, na forma política estatal, nos termos colocados para as formas sociais capitalistas, a luta de classes.

São necessárias, contudo, algumas pontuações para percebermos, inclusive, a influência dos movimentos sociais organizados na configuração do Estado e qual o limite dos avanços obtidos com ela. Em primeiro lugar, Mascaro (2013) coloca que a própria relação entre forma, estrutura e luta de classes pode gerar contradições tão extremas que podem propiciar a superação das formas econômicas, sociais e políticas do capitalismo, ao ensejar um antagonismo social que não possa ser conformado e cristalizado a partir da forma política estatal.

Assim, a atuação dos movimentos sociais na denúncia da contradição entre os direitos colocados e a situação real da vida do povo tem um papel importante na construção da consciência em relação às contradições da sociedade capitalista e, para além disso, pode subsidiar insurreições que demonstrem a insuficiência da luta nos marcos da forma social capitalista.

Em segundo lugar, existem formas de organização coletiva dos trabalhadores- como as ocupações trabalhadas nesta monografia - que escapam à conformação social implementada pelo Estado: se a subjetivação da própria luta se dá nos marcos da atomização e individualização das demandas, uma ocupação - como a Manoel Congo ou a Solano Trindade, organizadas pelo MNLM - em que os trabalhadores exercem sua auto-organização coletiva, desde a obra no prédio até a realização de assembleias, pode representar uma subversão à essa conformação.

Destaca-se, no caso das ocupações mencionadas, que a regularização fundiária foi feita - no caso da Manoel Congo - e tentada - no caso da Solano Trindade - a partir do programa Minha Casa, Minha Vida - entidades, programa de financiamento de construção de moradias

que era vinculado aos movimentos sociais. O programa vem como resposta às críticas implementadas pelos movimentos de moradia ao programa Minha Casa, Minha Vida original, baseado nos financiamentos individuais que terminavam por endividar o trabalhador e também atuar nessa dinâmica de atomização de demandas coletivas - no caso a demanda coletiva por moradia.

Por fim, é importante salientar uma diferenciação colocada por Mascaro (2013) em relação à forma jurídica e à forma política estatal. Para o autor, é importante mencionar que a forma jurídica não é derivada ou dependente da forma política - mesmo que ambas tenham uma íntima relação. Isto pois o núcleo da forma jurídica - o sujeito de direitos - não advém do Estado. Seu surgimento está ligado com as relações de produção capitalistas. É a exploração da força de trabalho, de modo livre, que está no cerne do surgimento do sujeito de direitos.

É essencial dizer, contudo, que o capitalismo produz uma conjugação - principalmente técnica - entre direito e Estado, mesmo que suas formas derivem de maneira autônoma da relação de produção capitalista e que o capitalismo precise de ambas. Assim, no manejo técnico, por direito será compreendido o direito estatal, sendo perseguidos os arranjos dos costumes ou atos que afrontem as formas de reprodução social impostas pelo Estado.

Mascaro (2013) também coloca que a forma jurídica e a forma política se permeiam dialeticamente. Isso pois a forma política estatal se estabelece definitivamente apenas quando a sociabilidade geral se torna jurídica. O estado de direito existe porque opera com relações sociais intermediadas pelo direito.

Assim, no processo social de reprodução capitalista se instaura uma subjetividade que investe de juridicidade a relação entre burgueses e trabalhadores e, ao mesmo tempo, permeia o estado com essa subjetividade. Dessa forma, as categorias do direito passam a operar no Estado.

Por outro lado, os agentes da produção - sujeitos de direito - existem socialmente mesmo sem uma atribuição formal do Estado, como decorrência direta da dinâmica da reprodução socialista. Desta maneira, a troca de mercadorias e a venda do trabalho são o que

talham a forma do sujeito de direito e a normatividade estatal apenas opera sobre essa forma já dada, conformando-a.

Por isso que, para Mascaro (2013), O vínculo entre forma jurídica e forma política é de conformação e não de derivação, pois a forma jurídica não advém da forma política mas sim das próprias relações de produção capitalistas.

O Estado pode avançar sobre o jurídico - estipulando o grau de autonomia dentro do contrato de trabalho, por exemplo, mas não pode submetê-lo completamente. Isso ocorre pois para a reprodução do capital são necessárias a forma jurídica e a forma política.

Da mesma forma, o jurídico não pode abolir a necessária intermediação estatal para a reprodução capitalista -por isso os termos da forma jurídica nunca se apresentam contra a totalidade da forma política estatal.

É por essa independência de formas que o Estado, em regimes de ditadura ou criando exceções, consegue modificar e alterar as formas jurídicas, sem nunca alterar a subjetividade jurídica geral. É por isso que todos devemos nos submeter ao direito apesar do direito - em sua percepção de direito subjetivo - não se estender a todos nós.

É por essa interdependência, também, que sujeito de direito pode perder diversos direitos essenciais a depender da estruturação do Estado - o direito ao voto, à dignidade, à liberdade, sem perder o núcleo da subjetividade jurídica que é poder dispor-se contratuamente ao trabalho assalariado.

Assim, um trabalhador sem teto, que tem seu direito à moradia negado, seu próprio direito à alimentação ou à vida, ainda sim será capaz, ao menos em teoria, de negociar sua força de trabalho por meio de contrato. Ressalta-se, aqui, que por contrato não se entende necessariamente o contrato formal de trabalho, que sabemos não ser a realidade de grande parte do povo brasileiro, mas sim a noção jurídica de contrato enquanto acordo de vontades entre duas partes.

Isso ocorre pois, para Mascaro (2013), o núcleo da forma jurídica é razão estrutural de

manutenção da forma mercadoria⁸, que também é razão estrutural de preservação da forma estatal.

Para o autor, é no campo das técnicas - e não das formas - que o Estado e o direito mais se aproximam. Se são formas distintas, a partir das técnicas estado e direito se agrupam - se implicando mutuamente: a forma jurídica passa a ser talhada mediante técnicas normativas estatais ao mesmo tempo em que o Estado (estado de direito) passa a ser reconhecido a partir das formas jurídicas.

Assim, o Estado de direito opera por normas jurídicas, e o processo de criação imediata da quantidade do direito e seu processo é feito pela atividade estatal.

3.2 - A possibilidade de um outro direito

Depois de precisadas a forma jurídica e a forma política, e mais precisamente a função do direito oficial dentro da ordem capitalista, é importante compreendermos as possibilidades de outras criações do direito que não o oficial - que não se originem da manutenção da reprodução social capitalista.

Para isso, primeiramente é essencial trazer o conceito do pluralismo jurídico, ressaltando inicialmente que faremos uso aqui de outras referências, que divergem da interpretação do direito proposta por Mascaro (2013) que não reconhecia a concepção de pluralismos jurídicos.

Assim, podemos dizer que o pluralismo jurídico pode ser entendido como a diversidade de manifestações normativas em um mesmo espaço jurídico político, surgidas a partir das necessidades em um determinado contexto (WOLKMER, *apud* RIBAS, 2009). Assim, o pluralismo jurídico reconhece a possibilidade de outros direitos que não os originados da atividade estatal.

⁸ Para Mascaro (2013) a forma mercadoria é uma forma econômica, derivada das relações sociais, que corresponde às generalizações das trocas (MASCARO, 2013, pg. 22). Ressalta-se que o autor diferencia as formas sociais - como forma valor, forma mercadoria, das formas jurídica e política, que ele atribui serem formas específicas do capitalismo.

Boaventura de Souza Santos (1987) também fala sobre o tema ao estudar os mecanismos de resolução de conflitos de uma comunidade no Rio de Janeiro (que ele chama de Pasárgada), percebendo como os moradores criavam novas normas e formas jurídicas ante a ausência do Estado. O autor traz, assim, um debate sobre a possibilidade de criação de um direito em algum grau comunitário, formulado por trabalhadores a partir de suas necessidades concretas, que passa por fora da normatividade de monopólio estatal. Assim, o autor defende que, apesar do direito oficial (estatal) formar um modelo jurídico dominante, com ele convive uma série de outras normatividades.

Importante colocar, também, que para além dessa dimensão da “justiça informal” (RIBAS, 2009, p. 26), Boaventura também buscava entender o acesso do povo à assistência jurídica e até que ponto era possível a utilização deste direito como arma de defesa nesse nosso lugar do mundo – o capitalismo periférico da América Latina. Interessante colocar, também, como o acesso à justiça também se distribui desigualmente na cidade: assim como a infraestrutura urbana, o acesso ao direito oficial se concentra nas regiões centrais da cidade.

Ribas (2009) coloca que um pilar importante para a compreensão do pluralismo jurídico, evitando sua interpretação como sendo a mera coexistência em um mesmo espaço geográfico de normatividades distintas, é a noção de descentralização da justiça.

Assim, a justiça não pode ser entendida como um valor universal e pré-existente, mas sim um valor construído e diverso a partir da experiência, entendendo-se o pluralismo como um conjunto de normas que, mais do que coexistir, se influenciam e se sobrepõem mutuamente. Desta maneira, não existe uma justiça acima dos conflitos mas uma justiça comprometida com eles: seja para mantê-los ou para transformá-los. Poderíamos falar, então, em um pluralismo inclusive dos usos da justiça - um uso para a classe dominante, e outro para os dominados.

Essa dualidade é percebida, também, no esforço dos movimentos populares de ao mesmo tempo mobilizar por transformações no direito vigente e efetivação oficial de novos direitos e conferir interpretações diversas ao direito oficial, estatal, burguês. Interpretações à luz das necessidades e da ideologia do povo. E mais: além dessas interpretações diversas, criar um outro direito, não oficial, diferente e inclusive em oposição ao direito estatal. O autor

vai mencionar as experiências com assessoria jurídica popular aos povos indígenas na colômbia e o direito consuetudinário para criticar a idéia - que também embasa a possibilidade do pluralismo - de que um único direito possa regular todas as relações sociais, em sua universalidade de sujeitos.

A esse outro direito, nascido da experiência de luta do povo, e de sua insurreição frente à dominação é que Ribas (2009) vai conceituar como o direito insurgente, entendido como a capacidade de intervenção ideológica, por meio do direito, do povo pobre.

Assim, o direito insurgente defendido pelo autor representaria um avanço em relação ao pluralismo jurídico: é simbolizado pelo direito dos oprimidos em oposição ao direito estatal, é quando a ruptura com um direito antigo pressupõe a criação de um novo. O direito insurgente pode ser entendido como esse direito em potencial - e que não precisa ser reconhecido pelo estado enquanto direito para existir.

Desta forma, enquanto o pluralismo jurídico estaria ligado a uma lógica comunitária participativa, em que os movimentos sociais disputam a institucionalidade e a criação do direito e de políticas públicas, o direito insurgente extrapola essa proposta, sendo entendido como um "direito dos pobres" a criar uma normatividade distinta, originada da experiência da luta e consciência dos dominados.

Baldez (1986) formula sobre o direito insurgente, iniciando suas reflexões a partir do direito burguês - neste ponto em que podemos dialogar com o que nos traz Mascaro (2013), colocando que, se ele é observado sob o prisma dos antagonismos sociais, tem sua função ideológica revelada - chama ao grileiro de proprietário, e ao posseiro de invasor - a partir da opressão jurisdicional com que massacra os trabalhadores. Opressão essa que não é livre da contradição, seja na própria positivação dos direitos quanto na interpretação de seu conteúdo.

Frente ao direito burguês é necessário, para o autor, que o movimento popular apresente propostas concretas de intervenção, pensando sua estratégia na ocupação de níveis do aparelho estatal. Baldez (1986) destaca assim, dois níveis operantes desta intervenção: dentro da ordem, como ocorre na Constituinte a partir das emendas populares, como a Emenda popular da reforma urbana e também contra a ordem, com as ocupações coletivas de

terra que se revelam instrumentos para efetivação de direitos.

O autor coloca, também, como é possível usar o direito burguês para legitimar estas ocupações- a partir da função social da propriedade e do estado de necessidade, por exemplo.

Compreendendo o direito burguês como a forma jurídica necessária à intermediação da dominação de classe no capitalismo e entendendo que no estado capitalista é a lei que organiza a violência, o autor coloca como as ocupações coletivas de terra - urbana e rural - são a principal resposta de um direito novo - fruto da ruptura com o direito positivo fechado. (BALDEZ, 1989 *apud* RIBAS, 2009).

Assim é que este direito novo - insurgente - forjado na luta dos trabalhadores por meio da ocupação coletiva pela democratização da terra é engendrado fora da fonte estatal de criação do direito oficial. Para o autor, este direito é construído pela prática política da classe trabalhadora em movimento, que se descobre como sujeito da história e da transformação humana, ecoando com o que nos diz Paulo Freire (1987).

O autor prossegue, ainda, afirmando que o sentido histórico deste direito insurgente não é o de ser alternativo ao direito burguês, mas o de lhe fazer oposição, pautado em sua capacidade para mobilizar a insurgência da ordem estabelecida. (BALDEZ, 1989 *apud* RIBAS, 2009).

Pressburguer é outro autor e advogado popular que desenvolve o conceito de direito insurgente. O autor, em até certo grau em consonância com o que coloca Mascaro (2013) sobre a forma política estatal e sua independência em relação às classes, analisa como a Constituição (de 1988) tem por função formalizar os conflitos, afastando-os das contradições de classes. (PRESSBURGUER, 1986 *apud* RIBAS, 2009).

Porém, se por um lado ao representar as contradições a Constituição favorece a constituição do Estado enquanto uma forma política consensual, alheia e acima das classes, (afastando-se aqui das formulações de Mascaro), por outro é o reflexo do grau de organização e conquista das diferentes forças presentes na sociedade.

O autor coloca, desta forma, que não é a lei que estabelece o que é o direito - mas são os direitos, conquistados pela luta na sociedade, que são oficializados por meio da lei.

Para Pressburguer, assim, é possível a inserção de normas, dentro do direito vigente, com um conteúdo ético de justiça real a partir das conquistas obtidas na luta social. Estas normas, contudo, devem vir alinhadas com uma construção que desconhece a estrutura legal oficial, pautada nas práticas de pluralismo jurídico de construção dos trabalhadores, na prática do direito insurgente.

Deste modo, para ele, existiria um potencial revolucionário de coexistência deste direito com o direito estatal, que poderia gerar a substituição do direito burguês pelo direito insurgente - gerando a superação de uma ordem jurídica pela outra. (PRESSBURGUER, 1989, *apud* RIBAS, 2009).

O autor define, de maneira mais acabada, o direito insurgente como a necessidade de invenção de um direito mais justo, que tenha em suas raízes a insurgência contra uma perspectiva idealista capitalista, pautado na exigência de uma reformulação democrática do direito (PRESSBURGUER, 1991 *apud* RIBAS, 2009).

Assim, o direito insurgente é forjado a partir da ambiguidade do direito, que pode ser instrumento de transformação social pois é, ao mesmo tempo, instrumento de dominação e também de luta entre as classes sociais. Ele é formado a partir da prática política dos movimentos subalternos, que concretiza os direitos.

Importante colocar, também, o que colocam tanto Pressburguer quanto Baldez em relação à luta pelo direito e também dentro dele, ao falar de sua importância para conter o arbítrio estatal e o autoritarismo, possibilitando freios à dominação dos oprimidos - e que abdicar desta arena de luta é deixar homens e mulheres expostos a um perigo, maior e imediato.

Poderíamos pensar esse direito a partir dos usos dos movimentos sociais urbanos. Em relação à disputa de interpretação do direito oficial, podemos citar como exemplo os dizeres em uma parede da ocupação Solano Trindade (MNLN/DC): "a função social da propriedade

não é servir ao capital", que demonstra uma releitura da função social da propriedade constitucionalizada, de maneira a servir às pessoas sem moradia e embasar a sua luta.

Podemos pensar o direito subjetivo à terra, urbana ou rural, que é o citado por Ribas (2009) que parte da experiência de assessoria jurídica popular ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) para pensar a concepção dos movimentos populares sobre o direito.

O autor ressalta que, mesmo sem mencionar expressamente, os movimentos sociais produzem sua concepção do direito. Assim, para os militantes do MST entrevistados por Ribas (2009) existe o direito à terra, enquanto um direito constitucionalizado e também como um direito natural, baseado principalmente na Bíblia (aqui o autor faz uma referência à influência da teologia da libertação e da releitura bíblica do acesso à terra para os movimentos do campo), mas que não é efetivado pelo poder público, sendo necessária assim a pressão do movimento para garantir esses direitos.

De maneira quase análoga é a posição dos movimentos urbanos sobre o acesso à moradia, presentes nas falas dos militantes do MTST mencionadas no capítulo anterior, que compreendem que sua ação busca, em verdade, assegurar um direito garantido.

Percebemos assim, novamente, a exploração da contradição pelos movimentos, como coloca o autor:

A idéia de que é importante manter a contradição da norma oficial - denunciando sua insuficiência e apresentando-a como resultado das conquistas sociais - e apontar para a construção de um outro direito, insurgente principalmente da luta dos movimentos populares, inspiradas num ideal concreto de justiça (RIBAS, 2009 , pg. 104)

Desta maneira, notamos também um outro conceito importante: o entendimento do direito como uma analogia à justiça, inspirada justamente em uma experiência concreta dos povos oprimidos.

Avançando na conceituação do direito insurgente, Ribas (2009) traz as contribuições de Camilo Borrero sobre o direito consuetudinário dos indígenas na Colômbia e a experiência da assessoria popular com esses povos, que afirma que é necessário questionar o privilégio do estado de dizer o que é e o que não é o direito - vez que não existem critérios claros para

valorar o direito positivo acima dos usos e costumes de um povo. Borrero afirma, ainda, que mais importante do que a luta por reconhecimento desse outro direito pelo estado seria a luta pela aplicação deste aos seus povos e comunidades.

Ribas afirma, ainda, que o direito insurgente só faz sentido se comprometido com um outro projeto de sociedade, se estiver ligado à experiência viva e real do povo oprimido pois, diferente do direito positivo oficial que pode existir mesmo sem ser aplicado, o direito insurgente só faz sentido se refletir a prática do povo.

Essa outra concepção do direito - insurgente, como uma analogia à justiça concreta de classe, com seu conteúdo dissociado e em oposição ao capitalismo, é representada também em outros documentos marxistas. O texto "democracia socialista e ditadura do proletariado", presente nos cadernos da IV Internacional Comunista⁹, fruto de seu XII Congresso Mundial ocorrido em 1985, defende a garantia dos direitos democráticos do proletariado no novo mundo, de maneira a garantir uma experiência revolucionária da classe e a conscientização do povo oprimido enquanto sujeitos produtores da política. Pensar, assim, os direitos postos hoje como possibilidade de garantias no comunismo, a partir de uma Constituição do estado operário, é pensar a atribuição de um outro conteúdo possível ao direito.

Interessante ressaltar que, neste documento, a IV Internacional Comunista se manifesta a favor inclusive da manutenção das conquistas mais progressistas do que ela vai chamar das revoluções democráticas burguesas, em relação ao Código Penal e à Justiça, como o direito à ampla defesa e a irretroatividade da norma penal. Percebe-se, assim, como dentro dos setores organizados comunistas, se defende a manutenção dos direitos entendidos como conquistas- talvez a nível individual - mas que possibilitariam a construção de uma democracia real - e socialista

Dessa forma, podemos a relação dialética colocada por Roberto Lyra Filho, mencionado por Ribas (2009) "não há verdadeiro estabelecimento dos direitos humanos sem o fim da exploração, não há fim verdadeiro da exploração sem o estabelecimento dos direitos humanos". (RIBAS, 2009, p.109), Assim, mesmo compreendendo os direitos com um outro

⁹ O documento foi acessado por meio dos cadernos da Democracia Socialista, volume I, 1987, sendo descrito como de caráter programático, de modo a orientar a construção do "socialismo que queremos".

conteúdo possível, mesmo documentos como o citado da IV Internacional Comunista demonstram a necessidade de garantia desses direitos humanos para construção de uma sociedade socialista e libertária.

Ao pensar esse outro conteúdo possível para o direito positivo, torna-se essencial relacioná-lo às necessidades humanas. Assim, em uma perspectiva insurgente, os direitos humanos fundamentais teriam por conteúdo as necessidades humanas vitais (RIBAS, 2009), concepção esta que os radicaliza ao conferir uma eficácia concreta a eles.

Dessa maneira, a luta para garantia das necessidades humanas - como ter o que comer, ter onde morar - seria justificada como uma luta por defesa dos direitos fundamentais, vez que a justiça oficial e o Estado falharam ao não garanti-los, justificando algum grau de "justiça de mão própria" (ALFONSIN *apud* RIBAS, 2009).

Assim, a vontade de viver do povo oprimido - de viver e se alimentar, ter onde morar, acessar a cidade - está em constante oposição à vontade de poder das classes dominantes (RIBAS, 2009), pois está evidente a contradição entre o direito positivado e a incapacidade do sistema capitalista em garanti-los.

Desse modo, a luta por direitos, por parte do povo, configura verdadeira bandeira de transição, atuando na consciência dos militantes do movimento urbano, por exemplo, que ao lutarem para garantir a função social e compreenderem estar agindo para efetivar o direito à moradia, percebem a contradição do Estado em reprimi-los, em negar-lhes esse direito.

Os militantes do MNLMD-DC, por exemplo, ao ocuparem um terreno abandonado há mais de 15 anos, transformando-o na Ocupação Solano Trindade, buscando moradia digna para famílias e sofrendo, com isso, uma ação de reintegração de posse, vivenciam essa contradição diariamente - entre o colocado pelo direito positivo e a realidade concreta social.

A recusa dos movimentos sociais à alternativa colocada - não ter moradia, não ter o que comer - é a fonte de produção do novo. Para Ribas (2009) nessa construção de contestação é que poderemos forjar um direito insurgente.

Partindo do pluralismo para buscar os elementos jurídicos "não oficiais" das práticas dos movimentos com que trabalha, o autor traz o debate sobre cultura para questionar a possibilidade de construção de uma cultura jurídica popular. Importante dizer que o cerne do debate reside no fato da cultura não apenas representar a sociedade mas influenciar na construção das normas sociais.

Seria possível pensar o direito nesta perspectiva? Não apenas como produto das relações capitalistas mas como uma forma jurídica específica (MASCARO, 2013) capaz também de alterar as relações sociais?

Pensar a perspectiva dos movimentos sociais sobre o direito ajuda a elaborar essa questão. Ribas(2009) ao trazer entrevistas com militantes do MST, traz uma reflexão também comum aos movimentos de luta por moradia. É a compreensão de que o movimento não age na ilegalidade mas, pelo contrário, age para garantir direitos. Assim é que os militantes do MTST se posicionam, por exemplo, como traz Boulos (2012), na construção de sua identidade enquanto "sem teto": não como bandidos, mas como trabalhadores buscando seu direito à moradia.

É essa recusa à lógica da ilegalidade e a compreensão da necessidade de pressionar os poderes públicos que está presente, por exemplo, na Ocupação 6 de Abril do MTST, realizada para cobrar a obra de um posto de saúde e a implementação dos acordos feitos com o movimento. É a contestação presente também na ocupação, pelo MNLM, de prédios públicos desocupados, como era o caso do local onde hoje é a Ocupação Manoel Congo, para garantir o cumprimento da função social da propriedade.

Essa disputa da interpretação do conteúdo dos direitos está, segundo Miguel Presbuerger, inserida na lógica do "positivismo de combate" que busca justamente usar os elementos do direito positivo enquanto legitimadores da luta contra a desigualdade (Ribas, 2009).

Interessante notar que, da mesma maneira que traz Ribas (2009) ao trabalhar com o MST, os militantes dos movimentos urbanos citados nesta monografia - MTST e MNLM - também rejeitam o direito estatal enquanto parte de um sistema legitimador de injustiças.

Tanto é que ambos os movimentos se colocam como anticapitalistas, como mencionamos anteriormente, buscando subverter a ordem vigente, por meio da luta por moradia, atuando na conscientização do povo.

É dessa maneira, finalmente, que se estabelecem as relações dialéticas do movimentos urbanos com o(s) direito(s) em disputa: agir na construção do direito positivo para garantia das necessidades humanas vitais, agir na interpretação destes direitos, pressionar para sua efetivação e, ao mesmo tempo, denunciar a incapacidade sistemática do capitalismo em garantir direitos ao povo que garantam a vida digna prometida, funcionando a luta por moradia como verdadeira bandeira de transição que age na consciência dos militantes para a luta por um novo mundo.

2.3 – O impacto dos movimentos urbanos no direito positivo

Assim, depois de apresentado o debate sobre a construção do direito dentro do capitalismo, bem como seus diversos usos pelos movimentos sociais, com a possibilidade de construção de um direito insurgente, é importante também analisarmos o impacto histórico do movimento na construção do direito positivo, no nosso caso, o impacto do movimento urbano nos instrumentos jurídicos de direito à moradia.

Desse modo, na Assembleia Nacional Constituinte (1988) que estabeleceu a função social da propriedade (artigo 5º, XXIII, CF/88), para além de criar, pela primeira vez nas constituições do país, um capítulo destinado à política urbana (artigos 182 e 183, CF/88), houve intensa participação do movimento urbano, por meio do Movimento Nacional pela Reforma Urbana - o MNRU (GOMES E JUSTINO, 2018).

O MNRU surge a partir da mobilização de diversos movimentos urbanos que atuavam localmente, em uma perspectiva de nacionalização a partir da construção de um projeto popular de reforma urbana para a Constituinte. O movimento se organizou, principalmente, para formular a chamada Emenda Popular pela Reforma Urbana, que tinha por princípios estruturantes a gestão democrática da cidade, a função social da propriedade e o direito à moradia, entendido em sua concepção ampla, como o direito à uma vida digna na cidade que dependia de uma série de outros direitos. (BASSUL, 2002).

A função social da propriedade era, para o movimento, a forma de garantir a regularização e democratização do uso do solo. O MNRU já entendia a importância de se disputar o sentido da Reforma Urbana, pensada não na lógica de construção de mais moradias sem combater a especulação e a mercantilização da terra, mas sim na regularização e inclusive correção de apropriações históricas, como coloca Maricato, na defesa da Emenda Popular da Reforma Urbana na Assembleia Nacional Constituinte:

Estamos propondo instrumentos de regularização fundiária. Não sei se os Srs. Constituintes têm conhecimento, mas a situação fundiária das cidades deste País é um verdadeiro caos, em termos legais. Isso já seria uma grande reforma: a regularização fundiária. **Para tanto, não precisaríamos dos recursos que os governantes estão cansados de dizer que não os têm.** Precisamos da aplicação, da discriminação de terras públicas, para que o Poder Público se aproprie delas, pois passaram para mãos privadas, como é o caso de Salvador e de Fortaleza. **Grandes fortunas se fizeram na apropriação indébita de terras públicas** (MARICATO *apud* HENNIG E JUSTINO, 2018, pg. 21)

Percebemos, assim, a pertinência do debate colocado por Harvey (2005) e Lefebvre (1991) sobre o processo de acumulação primitiva do capital nas cidades. É exatamente disso que Maricato trata ao falar da apropriação indébita de terras públicas: uma quantidade enorme de terras públicas (que tem valor de troca nas cidades pensadas pelo capital) acumulada pelos capitalistas, sem compra ou contraprestação - são essas terras que o movimento urbano à época da Constituinte visa redistribuir, diminuindo as desigualdades no acesso à cidade.

Notamos, desta forma, as consonâncias com o que colocam o MNLM e o MTST, sobre a luta em relação à desmercantilização da terra urbana bem como à avaliação crítica dos movimentos em relação à programas como o Minha Casa, Minha Vida. Podemos colocar como principais críticas o fato do programa não avançar estrategicamente na regularização fundiária urbana, resolvendo as apropriações históricas e democratizando o acesso à terra, bem como a não avançar no debate, reforçando a idéia - criticada pelo MNRU já nos debates constituintes e posteriormente com os movimentos urbanos, como MNLM - de que a questão urbana no Brasil seria resolvida pela construção de mais moradias.

No tocante à gestão democrática da cidade, o movimento a entendia como o direito à informação e à decisão na política concernente à cidade (BASSUL, 2002). Percebemos, assim, esse esforço na direção da participação e disputa da institucionalidade, por meio da

intervenção popular nesses espaços de forma a influenciar os rumos da cidade.

Para além da intervenção da Constituinte, os movimentos sociais urbanos também foram importantes para a construção dos planos diretores nos municípios, principalmente a partir da atuação do Fórum Nacional pela Reforma Urbana (FNRU), que é como passa a ser chamar o MNRU após a promulgação da Constituinte. Existem, contudo, alterações sensíveis no caráter do movimento, como colocam Gomes e Justino (2018), que passa por um estágio maior de profissionalização do movimento, passando a se denominar fórum, representando um terceiro estágio na luta por reforma urbana que seria justamente a atuação e pressão para garantir os instrumentos jurídicos capazes de dar efetividade aos dispositivos conquistados na Constituinte - como é o caso da função social da propriedade, que vem condicionada à existência do plano diretor.

Assim, o FNRU prestou assessoria aos municípios para que estes realizassem seus planos diretores, construindo também um acúmulo teórico-jurídico em relação aos planos, com uma diretriz alinhada do movimento em relação à como estes deveriam se estabelecer.

O FNRU pressionou, de mesmo modo, para garantir a elaboração do Estatuto da Cidade (lei 10257/2001), que regulamenta o capítulo da Reforma Urbana da CF/88 e traz uma série de instrumentos jurídicos para a regularização fundiária - como a usucapião coletiva urbana, para além de impulsionar a criação do Ministério das Cidades e da Conferência Nacional das Cidades, instrumentos importantes para a participação dos movimentos sociais urbanos das decisões relativas à cidade no país (EBLIN E BRITO, 2015). O Estatuto foi fruto de um processo intenso e longo de mobilização, que se inicia após a promulgação da Constituição e só se finaliza em 2001, como explica Bassul (2002).

Notamos, assim, a importância da atuação dos movimentos sociais urbanos para a positivação de direitos relativos à reforma urbana e democratização das cidades. Os movimentos tem, também, uma papel importante na pressão para a efetivação desses direitos.

Essa pressão para a efetivação dos direitos previstos passou, por vezes, pela via da disputa da institucionalidade, ocupando cadeiras no Ministério das Cidades - como é o caso do MNLM - e outras instâncias decisórias locais, ou se inserindo em programas de moradia

como o Minha Casa, Minha Vida, de modo a disputar os rumos dos projetos e das políticas públicas - como é o caso do MTST. Ressalta-se que esse processo não foi imune de críticas, inclusive por parte do próprio movimento urbano, como demonstrado na fala de Lurdinha, militante do MNLM entrevistada:

A proposta de criação do ministério das cidades, o sistema de conferências... A gente ali, a gente imaginou o que: tudo o que diz o estatuto da cidade, tudo aquilo que diz a constituição federal, tudo o que não andou vai andar agora dentro desse sistema de gestão que nós estamos (...) Nós flexibilizamos acreditando que é o estágio mínimo para avançar a gestão e que temos o Estado como aliado. Nada disso foi real. O Estado não foi aliado e o estágio não foi mínimo, o estágio foi máximo. Tanto que hoje o governo é do Temer, o ministro das cidades é do PSDB, ele que é o presidente do sistema de conferências, do conselho nacional das cidades¹⁰

Em referência à fala da Lurdinha, é importante ressaltar como ela coloca que a própria representação dos movimentos sociais urbanos e de outros setores - representantes de interesses imobiliário, empreiteiras, capitalistas urbanos - dentro do Ministério das Cidades já representava um retrocesso para a concepção do movimento, vez que não poderíamos compreender a cidade como um processo de construção por parte de atores desinteressados, ou com interesses semelhantes, sem necessariamente enxergar o conflito da luta de classes que marca sua construção e resistência:

(...) pra nós não faz sentido dizer que a cidade tem diversos atores a produzindo e que todos eles tem igual valor, portanto todos eles tem que ser representados num fórum de segmentos. Pra nós isso não faz sentido. Mas esta foi a proposta que o governo eleito aceitou. O governo eleito não aceitou uma proposta de que **a cidade é dividida entre trabalhadores e lucradores**. Então a gente negociou. Nós aceitamos uma proposta de gestão compartilhada, em que os diversos segmentos, como se fosse isonômico, como se todos tivessem o mesmo interesse¹¹

Desta maneira, percebemos a importância da ressalva que fazem Eblin e Brito (2015), de como a maior parte das decisões não passa, entretanto, por essas instâncias, se operando dentro dos gabinetes, em transações entre o legal e o obscuro, entre o poder público e os empresários do ramo imobiliário - os representantes da classe dominante com interesses na cidade.

Novamente, podemos ver a contradição trabalhada anteriormente em relação aos

¹⁰ Lurdinha, entrevista presencial, concedida à autora, Rio de Janeiro - julho/ 2018, roteiro com as perguntas está disponível no anexo 01.

¹¹ Idem

antagonismos da luta de classes abrigados pelo Estado (MASCARO, 2013). Se ele não está imune à pressão das classes trabalhadoras por maior impacto nas decisões que afetam sua vida nas cidades, bem como pela possibilidade de efetivar direitos urbanos, por outro ele não poderá servir nunca inteiramente à uma construção contra-hegemônica das cidades, por estar estruturalmente implicado nas relações de reprodução social capitalista - sendo a construção das cidades uma delas.

As críticas não se restringem, contudo, apenas à participação do movimento urbano nessas instâncias mas também, em algum grau, em relação à própria aposta na luta por direitos e por sua efetivação, como ressaltado por Lurdinha ao falar da história do movimento urbano a partir da Constituinte. A militante coloca como, mesmo representando um retrocesso em relação à pauta dos movimentos urbanos, artigos como o art. 182 da Constituição Federal que instituem políticas de democratização urbana não são aplicados na realidade, tornam-se obsoletos.

Ela fala, ainda, da trajetória para aplicação desses artigos, em que sempre seria necessária mais uma regulamentação para que pudesse ser implementada a reforma urbana: primeiro eram necessários os planos diretores nas cidades, depois a criação do Estatuto das Cidades, depois a edição de leis municipais... e como o movimento urbano se volta por décadas à essa disputa de criação e efetivação das leis, buscando assim dar concretude à reforma urbana, sem conseguir avançar significativamente da democratização da cidade, o que se depreende de sua fala: "Então nós vamos ficar eternamente fazendo lei, que regule a lei, que explique a lei, que identifique a lei, que não sei o que da lei..."¹²

Por outro lado, para além da percepção crítica em relação à essa atuação nos marcos da institucionalidade e do direito, percebemos como o impacto histórico do Movimento Urbano na positivação de instrumentos jurídicos para a reforma urbana é também em alguma dimensão um fator que contribui para a estima do movimento.

Assim, em uma oficina que fizemos pelo NAJUP - Luiza Mahin na Ocupação Solano Trindade (MNLN), ao tratarmos sobre direito à cidade, falando da função social da

¹²Lurdinha, entrevista presencial, concedida à autora, Rio de Janeiro - julho/ 2018, roteiro com as perguntas está disponível no anexo 01.

propriedade e do direito à moradia digna previstos na Constituição, militantes mais antigos do MNLM colocaram, ao longo da formação, a importância da luta urbana organizada para a efetivação da maior parte dos direitos que trabalhávamos. Percebemos a potência dessa fala, ao retomar a memória coletiva de luta do movimento, de forma a mostrar, para os militantes mais novos, o impacto que a luta organizada pode ter sobre o direito.

2.4 – A luta por efetivação e a denúncia de onde os direitos não chegam: a ferramenta da ocupação

Se por um lado o movimento urbano atuou na pressão por reforma urbana por meio da disputa de instâncias como o Ministério das Cidades e na elaboração de planos diretores e de legislações como o Estatuto da Cidade, por outro lado o método mais recorrente de intervenção do movimento urbano foi a ação direta - as ocupações.

Assim, os movimentos agem para efetivar direitos, garantidos legalmente ou mesmo a partir da noção de direito enquanto justiça social, seja ocupando imóveis vazios para denunciar o descumprimento da função social, como é o caso da Ocupação Solano Trindade, do MNLM - Duque de Caxias, seja fazendo ações de pressão junto às instâncias públicas para cobrar a efetivação do direito à moradia, como o MTST realiza em suas jornadas de luta, como em 2016 em que chegou a ocupar 4 sedes do Ministério da Fazenda¹³ contra a política de cortes nos programas de moradia.

Percebemos, nas ocupações, uma outra dimensão de consciência dos militantes sobre direitos. Assim é que, na Ocupação Solano Trindade (MNLM) os moradores colocam, na oficina realizada sobre direito à moradia em 2016 ou na oficina sobre direitos das mulheres em 2018, a compreensão de si mesmos como agentes para a efetivação do direito à moradia.

Direito este que não é compreendido como apenas direito à um teto mas, como vimos nas respostas à pergunta "o que é direito à moradia?" feita na oficina em 2016, que também engloba o direito à saúde, direito à educação, ao transporte, ao acesso à cultura. Direito à

¹³ Ocupações contrárias ao ajuste fiscal, noticiadas em <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/23/politica/1443017167_932000.html>, último acesso 26 de novembro de 2018.

moradia que é, em verdade, direito à vida urbana digna, como afirmam o MNLM e o MTST, como anteriormente mencionado, e que representa, na realidade, o conjunto de direitos do trabalhador nas cidades. Assim é que a luta por moradia passa a englobar também outras lutas anticapitalistas, tendo dimensão de classe e representando também uma luta por justiça concreta e emancipação do povo.

São nas ações diretas, também, que se explicita uma outra relação desses movimentos com o direito: a partir da lógica da repressão, se estabelece a lógica da ilegalidade que faz com que eles sofram sistematicamente ações de reintegração de posse (quando não despejos absolutamente ilegais), sendo muitas vezes acionados coletivos de assessoria jurídica popular - como é o caso do Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular - NAJUP Luiza Mahin, do qual sou participante. Assim, a disputa do direito - disputa de sua interpretação, principalmente, também se dá ao longo da defesa e da assessoria a estes movimentos, cuja experiência trabalharemos.

Assim, percebemos novamente o que trazem Ribas (2009) e Mello (2011): na contradição entre o direito estabelecido e a realidade concreta da vida dos trabalhadores, os intérpretes oficiais da lei e os agentes do estado muitas vezes relegam ao movimento a lógica da ilegalidade. Cabe ao movimento, como o Boulos (2012) narra em relação ao MTST, desconstruir essa lógica, afirmando não só que o movimento age contra ilegalidades e para efetivar direitos, mas usando essa contradição para estabelecer o direito em oposição à ordem injusta, com potencial insurgente, colocado por Ribas (2009).

É desse modo que a denúncia da violação sistemática de direitos garantidos pela ordem jurídica estabelecida, inclusive nos marcos do capital - não só os relativos à moradia, mas do direito à vida, à dignidade, à saúde e à educação, também cumpre papel essencial para a mobilização dos movimentos e sua relação com a base social que construíram. É como afirmou Goulart (2011): as bandeiras de direitos servem como uma ponte entre a realidade e a outra sociedade que o MTST objetiva construir.

Tomando de partida as experiências dos movimentos que marcam esta monografia, notadamente a Ocupação Solano Trindade e o MNLM, assim como o MTST e a Ocupação 6 de Abril, percebemos esta disputa junto à base social do movimento. Assim, quando na

Solano Trindade vemos cartazes como "a cidade não é do capital, a cidade é nossa", ou quando ouvimos respostas dos moradores à pergunta "como efetivar o direito à moradia?", que trazem que a luta é a principal forma de efetivá-lo, em oposição à incapacidade do estado de fazê-lo, percebemos a importância dessa luta por direitos - e a exploração de sua contradição, na construção da consciência coletiva e anticapitalista do movimento.

Do mesmo modo, quando o MTST ocupa um terreno vazio que seria destinado à construção de um posto de saúde nunca feito pela prefeitura em Niterói, para denunciar também as tragédias do Morro do Bumba que, mesmo 10 anos depois, ainda tinha famílias sem moradia e sem nenhuma atitude tomada pelo governo, a ocupação age na exploração desta contradição - entre direitos e realidade- não só internamente com os militantes do movimento mas também externamente, na disputa com a sociedade. Isso pois, no caso da Ocupação 6 de Abril, mesmo após a desocupação pelo MTST, o movimento continuou fazendo oficinas e atividades todos os sábados na praça ao lado do local da ocupação, como forma de dialogar com a população que mora na região.

Assim, evidenciar a contradição entre as garantias do texto legal e a realidade vivida pelo povo pobre e trabalhador é evidenciar as contradições do próprio capital, atuando enquanto verdadeiro programa de transição¹⁴, ao se colocar, a partir da luta, a incapacidade sistemática do capitalismo cumprir com o que ele próprio estabelece- a igualdade e o acesso à direitos, por exemplo - e que essa incapacidade não decorre do mau funcionamento do sistema mas é estruturalmente definida por ele.

Dessa maneira, o movimento urbano atua em perspectiva verdadeiramente anticapitalista, subvertendo a cidade em suas práticas culturais, políticas, mas também questionando os próprios marcos que a legitimam. Dessa forma, partindo da luta por moradia os movimentos se propõe declaradamente a construir uma nova cidade, com a transformação radical de todas as relações sociais que a configuram.

¹⁴ Programa de transição é um conceito elaborado por Trotsky em 1938 em texto com o nome "o programa de transição para a revolução socialista", entendido pelo autor como o conjunto de demandas do movimento capazes de evidenciar as contradições do capitalismo a partir do que ele mesmo se propõe enquanto sistema, agindo na consciência da classe trabalhadora para superá-lo.

3. ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR AOS MOVIMENTOS URBANOS - A EXPERIÊNCIA DO NAJUP LUIZA MAHIN

3.1 - O NAJUP Luiza Mahin

Neste capítulo, após termos falado sobre o lugar desta monografia - a cidade; sobre o instrumento com que ela trabalha - o direito, e apresentados os sujeitos principais - os movimentos urbanos, notadamente o MNLM e o MTST; passamos a falar também sobre um outro sujeito essencial na relação com os movimentos urbanos e luta por direito à cidade: as assessorias jurídicas universitárias e os estudantes e profissionais nelas engajados, no nosso caso, falaremos do NAJUP - Luiza Mahin e da experiência de extensão junto à Ocupação Solano Trindade (MNLM - Duque de Caxias) e o acompanhamento da Ocupação 6 de Abril (MTST).

Assim, pensando também os futuros profissionais do direito é que temos mais um elemento na análise da luta dos movimentos urbanos e sua relação com o direito. Poderemos, como coloca Ribas (2009) pensar o tempo e o lugar do assessor jurídico popular (e do estudante engajado em assessoria) na luta do povo por emancipação. Deste modo, neste último capítulo falaremos um pouco sobre nós mesmos - os estudantes do NAJUP Luiza Mahin.

O NAJUP Luiza Mahin é um projeto de extensão universitária, criado a partir de uma demanda de estudantes acompanharem e prestarem assessoria jurídica em processos que envolvessem lutas por direito à moradia, principalmente – em um momento inicial – na Comunidade da Estradinha, em Botafogo, que passava por um processo de remoção

Com o tempo, a atuação do núcleo se estendeu à outros locais, a partir da demanda de movimentos, entre eles o MNLM, a partir da Ocupação Solano Trindade. O núcleo presta assessoria jurídica popular, configurada pelo acompanhamento de movimentos sociais na luta pela efetivação de seus direitos, e tem como pilar de atuação a educação popular (QUINTANS, 2018).

Hoje, o NAJUP atua em diversas frentes, junto à movimentos do campo e da cidade. Assim, trabalha junto com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) organizando a

jornada universitária pela reforma agrária, atua em parceria com o Núcleo de Terras e Habitação (NUTH) e à ouvidoria geral da Defensoria Pública Geral do Estado, em iniciativas como o Circuito de Favelas por Direitos, realizado em 2018. O objetivo deste capítulo é falar apenas de uma das atuações do grupo, junto às ocupações já mencionadas do MNLM e do MTST.

Para pensar essas atividades, é necessário primeiro pensarmos os três pilares que estruturam o núcleo: a assessoria jurídica popular, a extensão universitária e a educação popular, para além de reforçar os marcos em que atuamos: buscamos, na nossa intervenção, atuar na emancipação do povo e em um projeto anti-racista, feminista e LGBT de sociedade.

Assim, esses marcos são os fundamentos da nossa atuação enquanto núcleo e junto aos movimentos, o que se reflete inclusive em nosso próprio nome: Luiza Mahin é o nome de uma africana livre, da nação nagô que, vinda como escrava ao Brasil, participou da revolução dos Malês e de outras rebeliões negras no Brasil de meados do século XIX, sendo uma figura histórica da resistência do povo negro, para além de ser mãe de Luiz Gama, poeta e abolicionista.¹⁵

Para pensar o marco de assessoria jurídica popular, é importante trazer os conceitos trabalhados por Campilongo (1994) em seu texto muito utilizado entre os grupos de assessoria, no qual o autor traz a divisão entre os serviços legais tradicionais e os serviços legais inovadores.

O autor, que escreve o texto em 1994 em um cenário de redemocratização no Brasil e na América Latina, vai buscar compreender como o surgimento de novos movimentos sociais - no caso específico o novo sindicalismo atuante em São Bernardo do Campo a partir da Central Única dos Trabalhadores (CUT) vai influenciar na mudança dos serviços legais da região, tendo por pergunta: as novas formas de organização do movimento social são acompanhadas por novas práticas jurídicas e formas de resolução de conflitos?

O autor prossegue, ainda, afirmando que para refletir sobre o acesso à justiça é essencial pensar a relação dos profissionais do direito com a teoria jurídica, de tal modo que esclarecer

¹⁵ As informações sobre Luiza Mahin foram retiradas do site Geledés, disponível em < <https://www.geledes.org.br/luiza-mahin/> > acesso em 13/06/2019.

as profissões jurídicas é ao mesmo tempo esclarecer como os juristas encaram o direito e sua função social.

É pensando esta relação que Campilongo (1994) vai trabalhar a dicotomia entre serviços legais tradicionais e serviços legais inovadores, estando a assessoria jurídica popular inserida no segundo.

O autor vai pontuar que os serviços legais tradicionais tem por referência a cultura jurídica liberal, tendo por marco essencial o liberalismo, que é um reflexo da própria visão capitalista de sociedade enquanto um mercado de troca entre os indivíduos, iguais e livres para contratar.

A isso se faz consonância com o que Mascaro (2013) afirma ser o núcleo da forma jurídica: o sujeito de direitos livre para contratar e para dispor de seu trabalho, estando a sociedade baseada nessas relações individuais. Assim, os serviços legais tradicionais tratam o litígio e o confronto de maneira individualizada, inseridos nos marcos oficiais do direito - fundado no indivíduo livre e na liberdade de contratação entre proprietários que, consensualmente, estabelecem acordos de vontade.

De maneira contrária, os serviços legais inovadores buscam trabalhar com interesses coletivos, em que a tônica é outra: a liberdade de contratar dá lugar à liberdade coletiva. Assim, a ética que pauta essas ações não é uma microética, mas sim uma macroética ligada às novas lutas sociais, buscando não uma responsabilidade individual mas sim uma responsabilidade moral coletiva.

O autor vai colocar que, em um tempo de perigo de catástrofes ambientais e nucleares, é necessário apontar para a construção de uma macroética capaz de atribuir uma responsabilidade moral comum. Para além disso, esses direitos coletivos comportam uma estratégia de tutela que foge à tradicional oficial, adequada à tutela dos direitos individuais.

Ressalta-se, ainda, que no marco dos serviços legais inovadores é possível tratar mesmo direitos individualizáveis - como o direito à moradia - enquanto direitos coletivos, de maneira a potencializar a luta e a capacidade de vitórias (jurídicas ou não) o que vem sendo feito por parte dos movimentos urbanos, ao atuarem na busca de instrumentos jurídicos coletivos de regularização fundiária - como é o caso da usucapião coletiva urbana prevista no art. 10 do

Estatuto da Cidade. Para além do fato de que, mesmo que individualizável, o direito à moradia é um direito coletivo na medida em que é um direito social e encerraria o compromisso constitucional, ao menos oficial, de garantia da dignidade humana.

Uma outra dicotomia importante que o autor vai trazer é em relação à postura do advogado em relação à clientela de assistência jurídica. Poderíamos atribuir aos serviços legais tradicionais uma postura assistencialista - os desprovidos de recursos ("população carente") contam com o auxílio de advogados de espírito humanista e caridoso - e a contrapartida disso é a desarticulação da população atendida, vez que esses serviços partem da concepção atomizada, individual dessas demandas, esfacelando possibilidades de luta organizada em relação à elas e atomizando as dinâmicas sociais que as originam (CAMPILONGO, 1994).

Os serviços legais inovadores, em contrapartida, substituem a postura paternalista por uma busca de conscientização e fortalecimento da organização comunitária.

Assim, entendendo a desigualdade a que está submetido o povo pobre na luta por efetivação de direitos (quase nenhuma possibilidade de acesso à justiça, morosidade, caráter classista da justiça...), o serviço legal inovador busca atuar na conscientização sobre direitos, bem como busca fortalecer a luta social organizada de modo a transformar os interesses do povo em políticas públicas.

Ainda pensando a relação advogado x clientela, Campilongo (1994) vai trazer uma outra questão: o modelo tradicional de serviços legais pressupõe uma relação hierarquizada entre advogado e cliente, que parte de uma necessária postura passiva deste em relação aos palavreados difíceis, ao terno do outro - o que estabelece uma subordinação do cliente ao saber do profissional.

Seja pela indumentária da sala, seja pelo constrangimento do problema (despejo, separação, crime), são muito bem determinados os lugares de quem fala e de quem ouve. Ao cliente cabe apenas explicar o caso e, se necessário, assinar a procuração (CAMPILONGO, 1994). A partir desse momento quem age é o advogado. Assim, o cliente é como anestesiado de sua própria lide.

Os serviços legais inovadores buscam um entrosamento diferente entre advogados e clientela. O advogado se coloca como um dos participantes de uma luta jurídica que

beneficiará toda a coletividade. Confere a seu conhecimento profissional uma função social que suplanta a mera solução de litígios individuais. Isso é facilitado por todo um outro conjunto de símbolos: linguagem diferente, atendimento descentralizado geralmente próximo aos locais de moradia dos envolvidos na demanda, entre outros.

À clientela, por outro lado, compete não apenas apresentar seu problema ao advogado mas pressionar, fazer passeatas em frente ao fórum... de modo a pressionar o poder público. Ressalta-se, ainda, que não necessariamente o judiciário será o destinatário dessas demandas - que podem passar também pelo executivo ou legislativo. O importante não é saber se o advogado participou ativamente desse processo mas entender como os "consumidores" dos serviços legais inovadores podem impactar decisivamente o resultado de suas demandas.

Outra diferenciação importante trazida pelo autor é a busca, por parte dos serviços legais inovadores, com o rompimento da "sacralização" do direito - que passa, por um lado, quebrar o monopólio dos advogados ao buscar, por um processo de educação jurídica popular e treinamento paralegal, habilitar a comunidade para a auto-defesa de seus direitos.

Por outro lado, o rompimento com essa sacralização passa também por romper com os cânones da cientificidade moderna, subvertendo a divisão entre conhecimento dos advogados e senso comum, possibilitando uma construção de troca, dialógica, entre o saber jurídico e o saber popular.

Assim, enquanto os serviços tradicionais circunscrevem e limitam os problemas às suas repercussões legais, também selecionando quando se irá atuar, o serviço legal inovador busca também no entendimento de outras soluções, para além de reconhecer que parte dos problemas são também jurídicos, e auxiliar na sua resolução discutindo os remédios jurídicos disponíveis ou passíveis de criação pela população em questão.

Para Campilongo (1994) a postura dos serviços legais inovadores não deve ser, contudo, anti-formalista, mas também buscar a efetivação do direito positivo, para além de explorar suas contradições: buscando por vezes o positivismo de combate, e por outras vezes um uso alternativo do direito.

Para o autor, reduzir o legalismo à atuação dos serviços legais tradicionais significa, em algum grau, se conformar com a ineficácia do direito positivo, para além de um retrocesso na

luta por democratização e popularização da justiça - se furtar à essa arena de luta seria abrir espaço para avanços autoritários.

Assim, não o legalismo, mas uma concepção específica de direitos, despolitizada e restrita à reação às violações de direitos é que está por trás dos serviços legais tradicionais. Um direito entendido como autônomo, separado da arena da luta política, que reduz a legitimidade à mera legalidade, reduzindo dessa maneira o jurista a um mero aplicador automático da lei.

Os serviços legais inovadores socorrem-se de armas opostas: em primeiro lugar, buscam auxiliar na politização crescente das demandas, não limitando sua atividade à uma reação à violação de direitos mas tendo uma postura agressiva - de advocacia de guerrilha, como o autor chama - que usa a arena jurídica também para a expansão e conquista de novos direitos.

Enquanto os serviços legais tradicionais acabam por limitar o acesso à justiça ao acesso aos tribunais - locus privilegiado onde se operam os debates do direito - os serviços legais inovadores veem o acesso à justiça de uma maneira mais ampla que o acesso aos instrumentos jurídicos oficiais. Assim, os tribunais são apenas um dos locus de atuação dos serviços legais, que atuam em outras arenas, como a nível administrativo e legislativo.

Desta maneira os serviços legais alternativos buscam mobilizar recursos em outras arenas, entendendo, por exemplo, que a eficácia de direitos sociais passa, também, pela implementação de políticas públicas.

Cabe a ressalva, que fizemos anteriormente, da necessidade de buscar a luta política também na rua e nos repertórios de ação coletiva dos movimentos, pois mesmo a pressão nessas outras arenas - legislativo e executivo - é alvo de críticas pelos movimentos urbanos com que trabalhamos, como debatemos no capítulo anterior.

Os serviços legais inovadores buscam, assim, romper com a ficção do ordenamento jurídico coeso e sem lacunas - explorando as contradições do direito positivo inclusive para garantir mais direitos ao povo.

Entretanto, uma das contribuições mais relevantes de Campilongo (1994) para esta monografia, que dialoga com o anteriormente trazido acerca dos potenciais emancipatórios da luta no direito ou valendo-se do direito positivo enquanto um instrumento é sobre a

diferenciação entre serviços legais tradicionais e inovadores no que tange ao controle ou fomento aos litígios.

Assim, em consonância com o que coloca Mascaro (2013) ao falar sobre a forma política estatal e a forma jurídica, afirmando que estas conformam a luta de classes à uma forma social comportada dentro do capitalismo, atuando para evitar que os antagonismos sociais levem à uma crise revolucionária, Campilongo (1994) vai colocar que a história da assistência jurídica legal está ligada aos mecanismos de aprimoramento do controle social.

Deste modo a assistência legal aos pobres foi concebida, em primeiro momento, como uma forma de redução dos conflitos. Dessa maneira, a partir da própria lógica de conformação e contenção, os conflitos sociais são transformados em contendas jurídicas, são individualizados e banalizados a partir da rotina jurídica, a fim de que tenham seu impacto político controlado pelo discurso da lei, e que ele seja institucionalizado por meio da ação judicial. A assistência legal, no prisma dos serviços legais tradicionais, age para controlar o conflito e cristalizá-lo nas formas pré determinadas - jurídicas, burocráticas, estatais.

O autor coloca, entretanto, que esta não é a única forma de encarar a assistência legal. Os serviços legais inovadores buscam, ao contrário, enriquecer as demandas e fortalecer o litígio, como se percebe da experiência na América Latina após as ditaduras militares em que a explosão dos litígios reforçou a ineficiência do aparato estatal e fez surgir formas inéditas de resolução dos conflitos - formas de direito não oficial, como as trabalhadas por Ribas (2009).

Podemos definir, desta maneira, a assessoria jurídica dentro dos marcos estabelecidos por Campilongo (1994) em que se enquadram os serviços jurídicos inovadores, buscando uma outra relação entre assessores e assessorados, baseada na troca e em relações que passam por muito mais que apenas o acompanhamento processual.

Percebemos novamente, no texto mencionado, o embate e a necessidade de exploração das contradições do direito positivo. Se devemos avançar e reconhecer outras juridicidades para além do direito oficial, devemos também atuar para dar um conteúdo efetivo aos direitos positivos existentes, e até ressignificá-los - entendê-los como necessidades humanas, como propõe Ribas (2009). Se devemos entender os limites da atuação dentro dessa arena juridico-institucional, como colocados por Lurdinha, militante do MNLM que entrevistamos, também

é necessário, por vezes, utilizar os marcos como direito à moradia e função social da propriedade como legitimadores da ação do movimento social.

Partilhamos, no NAJUP Luiza Mahin, de parte desses objetivos detalhados por Campilongo (1994) em relação aos serviços legais inovadores, buscando em nossa atuação junto aos movimentos sociais organizados, trabalhar não só suas demandas coletivas mas estar ao seu lado também na luta em outras arenas - não só, no caso do movimentos urbanos, nas lutas por moradia mas também nas passeatas contra a reforma da previdência, nas greves gerais da educação. Esses são muitos dos espaços em que o NAJUP se encontrou lado a lado aos movimentos que assessoramos - o MNLM e o MTST, mas também muitos outros, por entender que o papel da assessoria não reside apenas no acompanhamento pontual das demandas com que trabalhamos, mas também em se posicionar ao lado dos que lutam por uma sociedade mais justa.

Buscamos, desta maneira, junto aos movimentos que acompanhamos, não apenas assessorar os processos mas promover oficinas de temas do direito que fossem pertinentes aos debates do movimento - como fizemos duas vezes na ocupação Solano Trindade, com a temática de direito à cidade e direito das mulheres.

Uma outra experiência que pra mim foi muito significativa dessa busca de compartilhar as ferramentas jurídicas - os saberes jurídicos - de maneira a fortalecer a auto-tutela daqueles que assessoramos foi em uma oficina que fizemos pelo NAJUP em uma escola ocupada durante o levante secundarista de 2016, a Escola Souza Aguiar.

Na primeira vez que fomos na escola, fizemos uma oficina sobre os direitos da criança e do adolescente previstos no ECA, tendo por tema “Ocupar é ilegal?”, buscando dialogar também com a ferramenta utilizada pelos alunos, que era a ocupação de sua escola e trazer um pouco de nossa experiência assessorando outras ocupações - como as ocupações urbanas (QUINTANS *et al*, 2016)

Na oficina, buscamos trazer temas como o direito à auto-organização estudantil, à contestar os critérios avaliativos, a ter uma sala disponibilizada para que funcione o grêmio dentre outros aspectos. Colocamos alguns artigos do ECA em cartazes e também buscamos colocar como as reivindicações dos alunos iam na direção de direitos previstos, para além de como suas demandas eram abrigadas pelo Estatuto.

Na próxima vez que fomos à escola, em uma reunião dos estudantes com a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), percebemos que muitas vezes eles usavam os artigos que havíamos conversado na oficina para enfrentar os questionamentos da SEEDUC e legitimar seu movimento, para além de se colocarem, dizendo que "não assinariam nada sem que seus advogados vissem primeiro" (QUINTANS *et al*, 2016, p. 8) Advogados, no caso, éramos nós.

Em relação a outro pilar de sustentação da atuação do NAJUP, que está diretamente relacionado com a assessoria jurídica popular, pois em verdade também esteve presente nos princípios para sua formulação, é a educação popular.

Para falar de educação popular como método não temos como não falar de Paulo Freire. O autor, em seu livro *Pedagogia do Oprimido* (1987) coloca como essência da educação popular, entendida pela educação como prática para a liberdade, o diálogo ou a dialogicidade. Para Freire (1987), o diálogo não é possível entre aqueles que negam o direito à palavra e àqueles que se acham negados desse direito. Para que o diálogo ocorra e, para que com ele se estabeleça o caminho da significação dos homens enquanto homens, é necessário primeiro que os que se acham negados do direito à palavra reconquistem esse direito, e assim ambas as partes possam pronunciar o mundo.

Um diálogo, assim, é determinado na medida em que ambos estão aptos a falar e pronunciar o mundo o que, para o autor, significa também o poder de transformá-lo, vez que vem junto com a consciência dos homens de seu lugar no mundo e das condições que o geram. A pronúncia da palavra verdadeira, preenchida de significado, encerra em si a ação e reflexão, sem as quais não é possível a práxis modificadora da realidade.

Deste modo, o diálogo é o encontro entre o agir e o refletir dos sujeitos que transformam e humanizam o mundo, não podendo resumir-se ao depósito de ideias de um em outro nem tampouco a uma simples troca de ideias entre os permutantes. Também não poderá ser a busca para impor uma verdade de mundo sobre a outra.

Desta maneira é que, para Freire (1987) o diálogo é um ato de criação e por isso é que ele nunca poderá ser, de maneira implícita, instrumento de dominação ou conquista de um sujeito pelo outro. O diálogo fornece o caminho, para o autor, da conquista do mundo para liberação dos homens - e mulheres.

O diálogo, como o encontro dos homens para a tarefa comum de agir é, também, fruto de um ato de amor - e exige humildade dos polos. Ato de amor à vida e aos homens, por buscar alterar a situação de opressão que nos desumaniza - a oprimidos e opressores, em diferentes graus. Ato de humildade pois o diálogo é impossível se um dos pólos se considera acima, diferente, em frente ao outro. "Neste lugar de encontro não há ignorantes absolutos nem sábios absolutos: há homens que, em comunhão, buscam saber mais." (Paulo Freire, 1987, pg. 81).

Levando em consideração as contribuições de Freire (1987) em relação ao diálogo como pilar da educação popular, é necessário fazer uma reflexão à aplicação deste princípio em nossas ações do NAJUP e, inclusive, nas reflexões desta monografia. Pressupor que o diálogo é um ato de criação não pode ser reforçar a dicotomia saber científico versus saber popular, partindo da ideia que nós, estudantes de direito, ao realizarmos uma oficina sobre direito à cidade por exemplo, estaríamos "fornecendo" o conhecimento jurídico enquanto os moradores da ocupação estariam trazendo a visão da realidade, o que concretamente significam esses direitos.

Em verdade, entender o diálogo como ato de criação significa dizer que nessas oficinas se forma um outro direito - forjado no encontro entre assessores e movimento, um outro direito que não é mais aquele dos códigos, oficiais, trazidos para a oficina e tampouco é o trazido das experiências concretas de cada um.

E mais: se é verdade o que trabalhamos até aqui sobre o impacto da assessoria jurídica, ou dos serviços legais inovadores em relação aos movimentos assessorados, sua importância dentro das lutas por emancipação, ainda mais verdade é o impacto dos assessorados na vida e percepção do direito dos estudantes que participam do NAJUP - Luiza Mahin. Assim é que somos, ambos, modificados e modificadores dentro da ação de extensão. E, paralelamente, também é o direito com que trabalhamos modificador e modificado por essas interações.

Em relação ao terceiro pilar que fundamenta as atuações do NAJUP, podemos falar na extensão universitária. Ela é entendida por nós como a necessária ligação entre a universidade e a sociedade, sendo um dos pilares indissociáveis da educação universitária, junto com o ensino e a pesquisa.

Sobre a relação entre extensão universitária e a atuação das AJUPs¹⁶, Ana Lia de Almeida (2015) traz um importante debate, aliado à uma outra concepção fundamental para o NAJUP que é a horizontalidade do grupo e o protagonismo estudantil. Estes princípios são, para nós, forma de aplicarmos, em nossas práticas cotidianas, a proposta de Paulo Freire, nos apropriando do conhecimento e recusando uma educação passiva e uma relação hierarquizada entre professores e alunos.

A autora coloca que é justamente o protagonismo estudantil que gera uma certa "crise de identidade", que coloca as AJUPs em algum lugar entre a extensão universitária tradicional e um grupo de movimento estudantil. Para Almeida (2015) os AJUPs transitam entre essas duas identidades, em primeiro momento pois diversos integrantes dos grupos são também militantes do movimento estudantil - e podemos dizer que não apenas o organizado em coletivos políticos de juventude, mas também nos coletivos de mulheres, negros, LGBTs.

Assim, se por vezes os AJUPs nascem do movimento estudantil, buscam distanciar-se dele por discordância com alguns de seus vícios - geralmente associados aos partidos e sindicatos - aproximando-se assim da extensão universitária. E, por outro lado, a combatividade ideológica, o protagonismo estudantil e o desconforto com as limitações desta atuação institucional - atrelada à extensão - tornam esta identidade também desconfortável para os estudantes das AJUPs.

Uma outra dimensão deste dilema colocado pela autora é que, se por um lado algum grau de rejeição à política tradicional afasta os estudantes do movimento estudantil tradicional, por outro a dificuldade que parcelas deste movimento tem de estabelecer laços efetivos com os movimentos populares faz com que as AJUPs se estabeleçam enquanto este lugar de mediação, em que se travam as disputas ideológicas dos estudantes no mundo jurídico. Assim, se por um lado estão mais próximas das lutas sociais, por outro a construção das AJUPs enquanto este lugar único de embate ideológico também representa um retrocesso à auto-organização estudantil.

Destaca-se, contudo, no caso específico do NAJUP - Luiza Mahin e no meu em especial, como as interações entre o NAJUP e outros coletivos políticos de juventude, bem como entidades - como o nosso centro acadêmico da FND - e outros movimentos sociais

¹⁶ colocamos AJUPs aqui fazendo referência à Assessoria Jurídica Universitária Popular em um geral, geralmente a sigla NAJUP faz referência a um núcleo específico, como é o caso do NAJUP - Luiza Mahin.

estabeleceu o NAJUP como um ator importante, mas não o único dentro dos importantes espaços de embate ideológico dentro do direito.

Por fim, um outro elemento importante para a compreensão de uma AJUP trazido pela autora e que trabalharei mais na conclusão desta monografia, é a amorosidade. A amorosidade é entendida, pela autora, como fruto na necessidade de subverter a ruptura entre vida privada e vida pública que historicamente afastou o exercício da subjetividade dos movimentos da esquerda. Para além, ela se firma em um compromisso revolucionário, tal qual o afirmado por Paulo Freire (1987) em *Pedagogia do Oprimido*, que entende como ato de amor o ato de se juntar aos oprimidos na luta por emancipação, ato de amor ao homem e de busca à nossa humanidade.

Entretanto, para além disso, a amorosidade se traduz em mais que um princípio metodológico, ela significa a profundidade dos laços criados entre os sujeitos que participam do NAJUP. Assim, se na contestação à ordem sentimos o peso da nossa tarefa e da nossa luta, a doçura e a sensação de "estarmos em nosso lugar no mundo" as tornam mais fáceis, dentro das práticas cotidianas do NAJUP - Luiza Mahin.

Desta maneira é que, tendo falado mais sobre o NAJUP Luiza Mahin e os princípios que orientam a sua ação, poderemos agora tratar em mais detalhe o acompanhamento do núcleo às Ocupação Solano Trindade (MNLM) e à Ocupação 6 de Abril (MTST)

3.2 - A Ocupação 6 de Abril - MTST

Como já abordado anteriormente, a Ocupação 06 de Abril foi uma ação do MTST em Niterói - RJ, realizada em 06/04/2018, feita na região do Sapê com cerca de 180 famílias, em memória dos 10 anos da tragédia do Morro do Bumba e para cobrar a prefeitura em relação a um acordo feito com o movimento em 2015, relativo à uma outra ocupação feita pelo MTST nesse ano, buscando uma resposta para as 350 famílias que, em 2015, ocupavam o Largo da Batalha denunciando o déficit de moradia em Niterói.



(Foto da noite da ocupação, retirada do site do MTST)¹⁷

Na noite da ocupação diversos integrantes do NAJUP estiveram presentes, como é de praxe em ações como essa, em que mesmo que o movimento esteja ocupando um terreno desocupado há mais de 10 anos - como era o caso - e sem violência, muitas vezes ocorrem confrontos com a polícia e são necessários advogados. É novamente essa outra relação do movimento com o direito - em que seus intérpretes oficiais atribuem à este a lógica da ilegalidade.

Desta forma, na noite da ocupação estivemos com o MTST, enquanto o movimento montava barracas de lona e capinava o mato para poder assentar o acampamento. Foi feita rapidamente uma cozinha comunitária para a ocupação, e as pessoas foram se dividindo pela barracas. Foram também, colocadas bandeiras do MTST e uma faixa com os dizeres "moradia e paz", como podemos ver na foto abaixo.

¹⁷ disponível em <<https://mtst.org/mtst/mtst-ocupa-terreno-em-niteroi/>> , último acesso em 14/06/2019.



(Foto retirada do site do MTST, da faixa colocada na noite da ocupação)¹⁸

Ressalta-se, também, que como é por vezes a estratégia do MTST, que a ocupação foi realizada como forma de pressão dos poderes públicos, para que estes cumprissem o acordo realizado com o movimento e dessem uma alternativa de moradia digna às pessoas que desde 2015 estavam organizadas em torno desta demanda - parte delas, inclusive, que foram desalojadas com o deslizamento que ocorreu no morro do Bumba em 2008 e que permaneciam sem casa. O compromisso firmado pela prefeitura, à época, que resultou na desocupação pelo MTST, foi o de desapropriar um terreno e nele construir moradias populares, o que não avançou desde 2015.

O objetivo era conseguir o início das obras de construção das moradias, não necessariamente no local ocupado. O local foi escolhido pelo MTST por se tratar de um terreno abandonado, que seria destinado à construção de um posto de saúde para a região do entorno, o que nunca ocorreu.

¹⁸ disponível em <<https://mtst.org/mtst/mtst-ocupa-terreno-em-niteroi/>>, último acesso em 14/06/2019.

Após 2 meses de ocupação, em Junho de 2018, o MTST consegue avançar nas negociações com a prefeitura de Niterói, que cadastrou as famílias da ocupação e iniciou os estudos necessários para construção das moradias prometidas¹⁹. Assim, o MTST desocupou o terreno da Ocupação 6 de Abril mantendo, contudo, uma tenda de atividades no Largo da Batalha, próximo ao terreno, em que o movimento realiza atividades, principalmente aos finais de semana, como oficinas, rodas de conversa, atividades culturais.

Nós participamos, enquanto NAJUP, das atividades promovidas pelo MTST, realizando uma oficina sobre direito à cidade, que foi o tema colocado para nós pelo movimento, para além também de termos feito um momento de dúvidas também de questões particulares dos moradores, encaminhando muitos à defensoria, para resolverem questões relativas à pensão alimentícia, execução penal, bem como benefícios previdenciários.

3.3 - A Ocupação Solano Trindade (MNLM/DC)

3.3.1 - O acompanhamento da situação jurídica do imóvel

A Ocupação Solano Trindade teve início em 2014, quando o MNLM ocupou um terreno abandonado há mais de 20 anos, titularizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que cedeu parte do terreno para o Centro Pan-Americano de Estudos da Febre Aftosa, que deixou de utilizar o local, abandonando-o.

Quando os moradores ocupam o terreno e iniciam a Solano Trindade, o Centro Pan-Americano de Febre Aftosa move uma ação de reintegração de posse de número 0001169-11.2014.4.02.5118, alegando a turbação do imóvel. Nesse ponto se inicia o longo trâmite para a regularização fundiária, para garantir a função social da propriedade e a permanência das famílias no imóvel.

Ressalta-se que, inicialmente, o NAJUP não atuou na defesa judicial da ocupação, passando a fazê-lo apenas em 2016. É importante, entretanto, ressaltar as argumentações e embates jurídicos que ocorreram desde o início do processo. Em primeiro momento, foi

¹⁹ informação retirada do site do MTST, disponível em <<https://mtst.org/mtst/mtst-encaminha-possivel-conquista-e-inaugura-sua-tenda-no-largo-da-batalha-em-niteroi/>>, último acesso em 14/06/2019.

alegado na contestação feita por uma advogada do movimento, que o Centro de Febre Aftosa não era parte legítima para a ação, vez que para ingressar com ações possessórias - como é o caso da reintegração de posse - é necessário que o autor esteja na posse do imóvel, o que não era o caso do Centro, que já o havia abandonado há mais de 20 anos.

Percebemos, novamente, a disputa pelo conteúdo do direito que está no centro da disputa jurídica em relação à Ocupação Solano Trindade: de um lado o Centro de Febre Aftosa, alegando que os ocupantes haviam invadido o terreno, violando a lei. O movimento e sua defesa, por outro, mostrando que em verdade o movimento havia conferido função social ao terreno abandonado, mais do que buscando um direito conferido constitucionalmente, que é o direito à moradia, mas também agindo como mandam os parâmetros constitucionais.

Para além disso, a Ocupação se iniciou após uma série de reuniões do MNLM com entidades públicas, visando garantir, no local, a construção de moradias populares.

Desta maneira, quando é proposta a ação de reintegração de posse, ocorre uma série de manifestações de órgãos públicos que demonstra que a ocupação estava longe de representar um esbulho possessório. A Superintendência de Patrimônio da União (SPU) envia um ofício ao juízo onde tramitava o processo, informando que o terreno em questão era titularizado pelo INCRA, que cederá apenas parte da área para o Centro Pan-Americano de Febre Aftosa, em um total de 6 hectares, permanecendo titular da área remanescente, por volta de 46 hectares.

Após, a SPU informou ao juízo que ambas as áreas foram objeto de doação do INCRA para a União, tramitando na SPU o processo administrativo nº 04967.017116.2914.24, em que constavam os termos de doação e inclusive uma portaria de declaração de interesse de serviço público, publicada no Diário Oficial da União, no qual se instituiu que a área da Ocupação Solano Trindade seria objeto de construção de moradia por meio do programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades.

Neste momento, em 2016, a partir da demanda do MNLM-DC, nós começamos a acompanhar judicialmente a ocupação. Assim, acompanhamos o MNLM em reuniões na SPU para resolver trâmites relativos ao processo administrativo, bem como peticionamos no processo judicial requerendo a suspensão da reintegração de posse enquanto não se resolvia administrativamente o processo de cessão da área do INCRA para a União, de modo a se

realizar o objeto da portaria e serem construídas moradias populares no imóvel. O pedido foi recebido, ficando o processo suspenso.

Contudo, o trâmite para a cessão do imóvel e para a construção das moradias se alongou absurdamente, ao ponto de, em 2019, ainda não ter se resolvido, permanecendo as famílias em condições difíceis de moradia na Ocupação.

Isso motivou o movimento a pressionar outras instâncias estatais e jurídicas, buscando apoio no Ministério Público Federal atuante na região, que ingressou com uma Ação Civil Pública de número 0000863-66.2019.4.02.5118, em 2019, que busca garantir a destinação do imóvel para a consolidação das famílias com a construção de moradias populares, de forma a garantir a função social da propriedade e o direito à moradia dos ocupantes da Solano Trindade.

Ressalta-se que, ao longo do acompanhamento judicial da ocupação, nós realizamos algumas idas à Solano Trindade para conversar com os moradores sobre o processo, tirar dúvidas, explicar em que momento estávamos, para além das duas oficinas que fizemos, que falaremos a seguir.



(Foto de uma das idas do NAJUP à Solano Trindade para falar sobre o processo, em 2017)²⁰

²⁰ Foto também está disponível na página do facebook, NAJUP Luiza Mahin, no link: <<https://www.facebook.com/NAJUPLuizaMahin/photos/a.418990831501994/1487160814684985/?type=3&theater>>, acesso em 28/06/2019

4.3.2 - Oficina sobre direito à cidade e retrocessos com o governo Temer (2016)

Em 2016 fizemos nossa primeira oficina na Solano, partir de uma demanda dos coordenadores do MNLM, devido à conjuntura de retrocessos no governo Temer, principalmente a alteração do programa "minha casa, minha vida - entidades", que era inicialmente o programa pensado para a execução do projeto habitacional da Solano, bem como questões como a Reforma do Ensino Médio, que também teriam impacto direto nos moradores da ocupação.

Para além disso, a oficina objetivava também falar sobre direito à cidade, pensando principalmente os marcos do Estatuto da Cidade e a Constituição de 1988. Nós buscamos, também, fazer uma análise sobre as contradições entre o direito que temos e o direito que queremos, partindo, para isso, de algumas perguntas problematizadoras para ajudar no debate.

A oficina foi feita no sábado de manhã, que foi o horário passado pelos coordenadores da ocupação como o melhor para mobilizar os moradores. Assim, iniciamos a oficina com a leitura de um poema de Solano Trindade, poeta negro e morador de Caxias, que a ocupação homenageia com seu nome. Após, passamos à exibição de um curta da justiça global que coloca garantias legais – como a vedação à pena de morte – em contraste com a realidade cotidiana, de violação desses direitos.²¹

²¹ o relato desta oficina foi feito em um trabalho que fiz para a disciplina "sociologia e antropologia jurídica", oferecida por Luiz Otávio Ribas, de nome "Solano Trindade: uma história sobre extensão e direito à moradia", em 2016



(foto feita no dia da oficina, 2016)²²

Depois do curta, propusemos três perguntas aos moradores reunidos: “o que é o direito à cidade? Ele existe para todo mundo? Se não, como fazemos para garanti-lo?”. Dessa maneira, foram separados os moradores da Solano em grupos de discussão menores, que contavam com integrantes do NAJUP como facilitadores. À medida que o debate fluía, passando por temas como direito ao transporte público de qualidade, direito à saúde, direito à moradia digna, direito ao lazer, entre outros, nós do NAJUP falávamos sobre os artigos da Constituição ou do Estatuto da Cidade que tratavam destes temas.'

Dessa forma, se alguém falava sobre o direito à moradia digna, nós buscávamos falar sobre o artigo 60 da Constituição Federal, que o estabelece enquanto direito social fundamental, ou se alguém falava sobre a função social da propriedade, ou sobre como o prédio da ocupação estava abandonado e agora estava servindo pras famílias morarem, falávamos do artigo 5, inciso XXIII, também da Constituição, que assegura que a propriedade

²² acervo pessoal

deverá cumprir a função social. Conforme falávamos dos artigos, íamos escrevendo em cartazes que deixamos no chão.

As discussões, no início, passaram pelo fato de quão distante estavam as garantias legais da realidade das pessoas, como o direito à educação e o direito à saúde, estabelecidos na Constituição. As falas demonstravam a percepção das pessoas sobre a ineficácia dessas normas em suas realidades, observavam que esses direitos sociais não eram garantidos ao povo.

Dessa forma, as falas se utilizavam de exemplos como o tempo de espera da fila de espera do SUS; da falta – e má remuneração - de professores; a má estrutura das escolas ao redor; o alto preço pago nas passagens; a falta de alternativas de cultura na região de Caixas; a distância percorrida pelas mães para deixarem seus filhos na escola; o pouco tráfego de ônibus nas proximidades da Solano durante o dia e, menos ainda no período da noite; a ausência de policiamento na região; de postos de saúde perto; de iluminação dentro e fora da Solano e outras experiências.

Outro elemento que chamou atenção foi a certa uniformidade do entendimento sobre direito à cidade como um conjunto também de vários direitos. Colocou-se que não seria possível garantir o pleno direito à cidade se não houvesse transporte público barato, se não tivesse o direito à educação, à saúde e à cultura. Nesse sentido, foi perceptível que os moradores compreendiam o direito à moradia como algo além do direito de morar debaixo de um teto, mas também como o direito de desfrutar de fato da cidade, de ter acesso à uma vida urbana digna.

Como já dito, essa reflexão já é feita pelo Movimento e se espalha pelos cartazes e murais que dizem: “a cidade não é pro capital, a cidade é nossa!”. Foram colocadas, também, as incoerências entre a existência de terrenos e imóveis vazios ou abandonados e as milhares de pessoas sem casa e sem alternativa digna de moradia. Outro elemento importante comentado foi a contradição existente na repressão que ocorre quando um grupo de pessoas se mobiliza justamente garantir o respeito à função social e o direito à moradia, como no caso deles, moradores da Solano Trindade.

Assim novamente percebemos como o movimento aborda diferentes concepções de direito. Questionam a repressão, que insiste em colocá-los como ilegais, pois entendem que com sua ação estão justamente efetivando direitos.

Para além disso, colocaram, quando perguntados “ como garantimos o direito à cidade?” nos grupos, o fato da ocupação Solano Trindade estar agindo de forma a garantir o cumprimento da função social da propriedade, estipulado em lei. Dessa forma, as próprias famílias apontaram que a luta e a mobilização são as formas mais eficazes de garantir esses direitos.

Percebemos, aqui, novamente a importância do debate sobre o direito para o movimento. Com as falas dos moradores, que ressaltam a importância da luta para concretização de direitos, percebemos a possibilidade de construção do direito insurgente, pautado como colocou Báldez (1986) na prática política da ocupação.

Desta maneira, podemos perceber na Solano Trindade diversos dos aspectos mencionados por Ribas (2009) no que tange aos usos do direito. Em primeiro momento, percebemos a disputa por dentro do direito e também das instituições estatais, pautada pela iniciativa do movimento em procurar os poderes públicos para fortalecer a luta política da ocupação em permanecer no imóvel - como por exemplo nas reuniões na SPU, na pressão com conjunto com o Ministério Público Federal que gerou inclusive a Ação Civil Pública citada anteriormente, atuando nas reuniões do Município de Caxias - todas iniciativas que ajudaram a criar uma rede que tornasse possível a permanência da ocupação.

A disputa por dentro do direito se dá, também, a partir da disputa de sua interpretação e aplicação, buscando atribuir-lhes um sentido concreto de justiça, operada na defesa judicial que realizamos na ação de reintegração de posse, mas também quando os moradores falam, na oficina, sobre o direito à moradia, sobre o papel do MNLM na construção de diversos instrumentos que o possibilitam. Assim, é operado o embate dentro do mundo jurídico - pautado na correlação dos tribunais - esse difícil embate mas que, contudo, opera construindo teses de defesa, aprofundando concepções mais progressistas e forçando, mesmo que sutilmente, uma concepção mais democrática da justiça.

Por outro lado percebemos, também, a construção do direito também por fora e até contra o Estado (RIBAS, 2009) demonstrado quando o movimento, se utilizando do direito à moradia e da função social da propriedade, recusa ser tachado de “ilegal”.

Assim, temos por um lado o direito burguês, assumindo sua função ideológica e chamando os ocupantes de “invasores” e os grileiros de “proprietários”, nesse caso literalmente, vez que a ação de reintegração de posse movida contra a ocupação chegou a ter liminar deferida contra a ocupação, com base nas alegações do Centro de Febre Aftosa, que não ocupava mais o local há cerca de 20 anos - a liminar só foi suspensa depois da manifestação da SPU comprovando a existência de processo administrativo para regularização fundiária do imóvel e construção de moradias populares, exatamente como alegado na contestação pelo MNLM.

Temos, por outro, o direito forjado e reivindicado pelo MNLM e pelos ocupantes da Solano Trindade, que afirmam estar tornando real o direito à moradia constitucionalmente garantido, bem como conferindo função social - entendida como condição para o exercício da propriedade - ao ocupar o imóvel. “A função social não é servir o capital” diz a frase pintada em uma das paredes da ocupação. Em outra, “tanta casa sem gente e tanta gente sem casa”, frase que explica em poucas palavras a construção capitalista das cidades - casas vazias para especulação imobiliária, trabalhadores morando em condições precárias nas grandes periferias urbanas.

Assim, esse outro direito se coloca em oposição ao direito estabelecido, confrontando-o ao mesmo tempo em que o ressignifica, representado pela interpretação dos juízes, pela ação da polícia - que diversas vezes foi a Solano Trindade, intimidar os moradores, buscando entrar na ocupação mesmo sem mandado.

Seguindo no debate da oficina, alguns dos moradores ilustraram as experiências do MNLM, como na ocupação Manoel Congo, localizada no Centro do Rio de Janeiro - RJ. Aqui, os moradores relatavam como o movimento de moradia se configurava muitas vezes a única saída para uma moradia digna. No entanto, reconheciam que para ter esses direitos reconhecidos se levava “longo” tempo.

No caso da Manoel Congo, foram 08 anos até a obra estar completa e a posse ser legitimada, já na Solano o processo de regularização ainda está tramitando. Mas, para eles,

não restavam dívidas que era a luta a forma que possibilitava esses direitos, muito mais que qualquer atuação do Estado ou de agentes do direito no geral. Curioso notar, que ao falarem das atuações protagonizadas pelo Estado, interpretavam o projeto Minha Casa, Minha vida sob a forma “Minha Casa, Minha Dívida” e falavam do absurdo que era os condomínios do projeto serem construídos tão longe dos “centros das cidades” e do governo Temer, ter reformulado o projeto de forma a exigir rendas mais altas.

Depois desse momento de discussão, pedimos que alguns moradores se voluntariassem para relatarem o debate de seus grupos de discussão na “plenária maior”. Foi muito importante perceber como os moradores se articulavam para repassar o debate para o coletivo todo, já se apropriando de artigos e termos, citados pelos facilitadores nos grupos de discussão, e passando para os outros.

Por último, alguns integrantes do NAJUP, com todos reunidos, leram os artigos 186, *caput* e §2º da Constituição²³ e o art. 2º, inciso I do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001)²⁴. Esse material fora escrito neste momento da Oficina em cartazes para que ficassem na Ocupação. O intuito desse momento era chamar atenção para o dispositivo constitucional da função social da propriedade e dos diversos que compõem, nas palavras do Estatuto, o direito à cidade.

Posterior a isso, foi feita a fala específica dos retrocessos em pauta no Brasil, que tinha sido um dos temas pedidos pelo MNLM a ser falado na oficina. Foi comentado que, se víamos uma distância imensa entre o que estava garantido na lei e aquilo que ocorria na prática, o cenário hoje era de que até o que nos era garantido em lei estava sob a ameaça de ser retirado.

Assim, foi criticada a PEC 241, colocando o impacto que o congelamento do orçamento por 20 anos teria para os serviços públicos e de que forma essa política dialogava

²³ CF, Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

²⁴ Lei 10.257/2001, Art. 2º. A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I- garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

com as falas dos moradores sobre a precariedade dos hospitais e das escolas públicas - que iria piorar com a chamada PEC do Fim do Mundo.

Outro ponto foi a Medida Provisória nº 746/ 2016, que objetiva a reforma do ensino médio de maneira a deixar de exigir filosofia e sociologia, nas matérias obrigatórias. Apontou-se, então, que essa Medida feria o direito constitucional à educação e o princípio da isonomia e que foi apresentado a ADI 5599 pelo PSOL, visando à declaração de sua inconstitucionalidade.

Outro projeto foi também comentado, o projeto de lei complementar (257), que estipula um plano de auxílio fiscal da União aos estados, com imposição de um teto de gastos que, se ultrapassado, geraria uma série de penalidades para o estado. Falamos, por fim, do congelamento do programa “minha casa, minha vida – entidades” e dos cortes do “minha casa, minha vida”, bem como da possibilidade de revogação destas leis.

Foi importante colocar o cenário dos ataques e sensibilizar as pessoas com a concretude do que essas mudanças jurídicas significariam no dia a dia. Apesar disso, não se pretendeu criar um cenário desesperançoso. Seguindo também o que nos diz Paulo Freire (1987) no livro “pedagogia do oprimido”, sobre a importância de se conscientizar sobre o quadro e a estrutura de opressão, mas sem caracterizá-la como insuperável, pois só o entendimento da opressão aliado ao entendimento da nossa capacidade de superá-la é que pode gerar a práxis libertadora.

Nesse sentido foi também muito importante a fala de um militante do MNLM, que coloca a importância do movimento social para a construção do direito – mesmo se utilizando do material jurídico já positivado. Mencionamos este depoimento anteriormente ao falar sobre como o entendimento do impacto da luta do movimento nos instrumentos jurídicos do direito à cidade também opera como um mobilizador, algo a dimensionar o poder do movimento organizado.

Importante ressaltar, também, que paralelamente à oficina fizemos uma ciranda para as crianças, com dinâmicas e desenhos para que elas também falassem sobre como era morar na ocupação, o que significa "casa" para elas.

4.3.3 - Oficina sobre direito da família e das mulheres (2018)

Em 2018, a partir de uma demanda do movimento surgida de uma agressão doméstica que ocorreu na ocupação, por parte de um ocupante contra sua esposa, fizemos uma oficina sobre o direito das mulheres e crianças. Escolhemos, contudo, por entendermos que uma oficina com o tema direito das mulheres seria algo que poderia ter uma receptividade baixa, principalmente depois do ocorrido, por abordar o direito das mulheres dentro da temática do direito à família e do direito das crianças e adolescentes à uma convivência familiar saudável. Dessa maneira, buscávamos também dialogar com uma parte dos moradores da ocupação que eram religiosos, partindo dessa perspectiva do respeito e igualdade da mulher como importantes para a vida em família.



(Foto tirada na oficina, acervo pessoal, 2018)²⁵

²⁵ a foto também está disponível na página do NAJUP - Luiza Mahin no facebook, no link: < <https://www.facebook.com/NAJUPLuizaMahin/photos/a.418990831501994/1937098256357903/?type=3&theater>>, acesso em jun.2019

Desta maneira, iniciamos a oficina também com perguntas para facilitar o debate: "o que é importante para uma vida familiar saudável?" e também "quais os principais problemas que impedem a vida feliz em família?"

Interessante falar que as mulheres falaram primeiro, mas havia também homens entre os participantes, inclusive muitos maridos e companheiros.

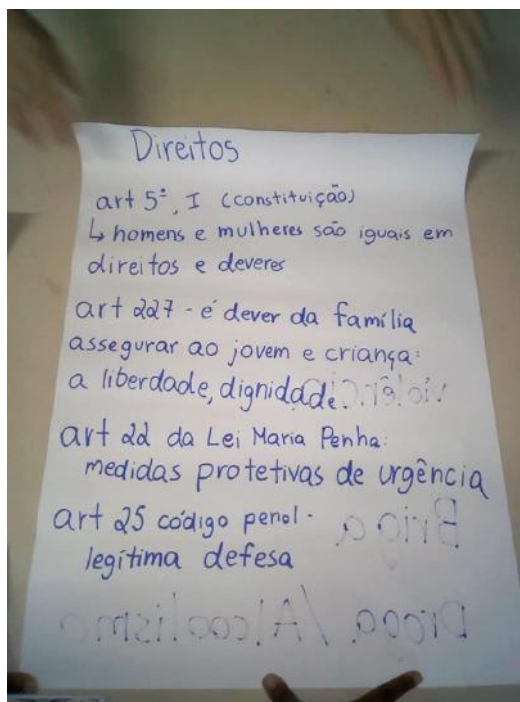
Dessa maneira, os moradores relataram problemas pra vida feliz em família, sendo os mais recorrentes a violência e também o alcoolismo. Uma moradora relatou que, após sofrer com o machismo de seu pai na infância, percebeu que queria criar seus filhos de maneira diversa e levar uma vida diferente. Assim, falou como se orgulhava de ver que seus filhos tinham uma criação diferente, menos agressiva, mais permissiva com as diferenças.

Conforme os moradores falavam sobre os problemas para a família, nós também fomos escrevendo em cartazes alguns artigos de lei, como o artigo 227²⁶ da Constituição Federal, que coloca que é dever da família assegurar às crianças uma criação longe de violência. Conforme o debate seguia e questões como a importância da igualdade entre marido e mulher era importante, nós fomos citando artigos como o artigo 5, I²⁷ da Constituição, que coloca que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Fomos, também, escrevendo em cartazes alguns desses artigos.

²⁶ **Art. 227** É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

²⁷ **Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;



(Foto tirada na oficina, acervo pessoal, 2018)²⁸

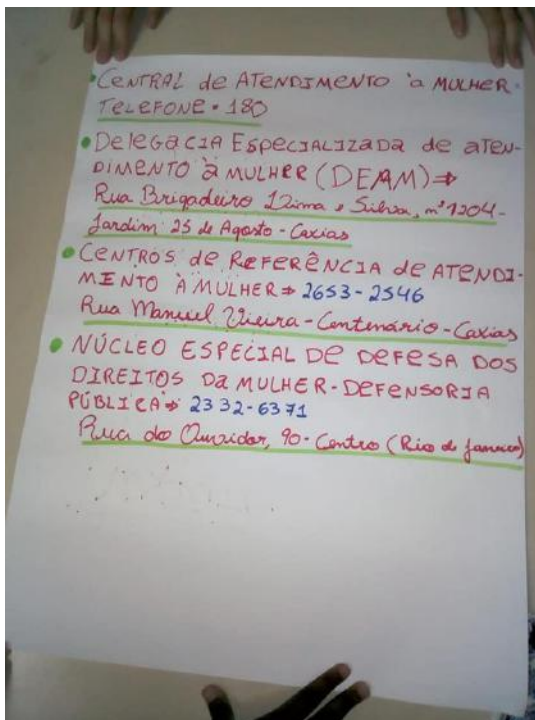
Importante colocar como, nessa parte, várias mulheres falaram sobre a necessidade de divisão das tarefas domésticas - ao que falamos sobre artigos do ECA que colocam a responsabilidade igualitária de pais e mães sobre a criação dos filhos - pressionando seus companheiros que estavam também presentes na oficina.

Falamos, também, da Lei Maria da Penha, inicialmente falando sobre a história de quem foi Maria da Penha, dos ataques que ela sofreu e do motivo da lei ter seu nome. Buscamos, após, explicar os diferentes tipos de violência - a psicológica, patrimonial, física e verbal - para além dos tipos penais envolvidos na violência doméstica.

Um dos moradores falou sobre a necessidade de se criar uma Lei João da Penha, pois se a mulher batesse no homem nada aconteceria. Assim, buscamos, também, falar sobre as consequências da agressão, quando cometidas por homens ou mulheres, bem como falamos da legítima defesa, que tornaria possível que em alguns casos uma agressão para se defender. As moradoras, também, intervieram, falando sobre como a violência era mais comum quando cometida contra as mulheres, por isso a necessidade da lei.

²⁸ também está disponível na página do NAJUP Luiza Mahin no Facebook, no link: < <https://www.facebook.com/NAJUPLuizaMahin/photos/a.418990831501994/1937098459691216/?type=3&theater>>, acesso em jun.2019

Por fim, achamos que também seria importante listar os locais de Centro de Atendimento da Mulher, Delegacias da Mulher e demais números e endereços importantes em Caxias.



(foto do cartaz da oficina, 2018)²⁹

CONCLUSÃO - É JUNTO DOS QUE LUTAM

Buscamos, com esta monografia feita em três tempos, falar sobre a experiência do NAJUP Luiza Mahin com a assessoria à movimentos urbanos, especificamente o MNLM e o MTST, bem como entender quais as relações deste movimento com o(s) direito(s). Trouxemos para isso, também, reflexões marxistas e críticas sobre o direito, bem como possibilidades de usos alternativos e construções contra-hegemônicas a partir dele.

Dessa forma, em um primeiro tempo, falamos sobre o espaço e os sujeitos dessa monografia. Entender a cidade, como ela se forma e também os processos de resistência que se originam diariamente em seu interior é essencial para falar da luta dos movimentos

²⁹ Disponibilizada na página do NAJUP Luiza Mahin no Facebook, disponível em < https://www.facebook.com/pg/NAJUPLuizaMahin/photos/?tab=album&album_id=418990831501994>, acesso em jun. 2019

urbanos. Importante pensar a cidade como o espaço da luta de classes por excelência (LEFEVBRE, 2001) para entender como as lutas por direito à cidade se inserem em um cenário maior de lutas contra o capital.

Assim, é a construção paradoxal das cidades, caracterizada pela tensão permanente entre centro x periferia, enquanto espaços representativos da possibilidade de acesso à direitos, que varia de acordo com o local que ocupamos nas cidades (MARICATO, 2013), que serve de chão e de fundo para a luta urbana.

É a disputa de uma outra cidade que está em jogo quando o MNLM ocupa a Solano Trindade em Caxias, transformando um espaço abandonado e sujeito à especulação e grilagem em um espaço de moradia. Buscando, também, fazer dele um espaço de atividades culturais e comunitárias que crie vínculos com o povo da cidade, como ocorreu em festivais organizados pelo movimento em 2016, que contavam com teatro, oficinas, exibição de filmes... para além de festas juninas, encontros, muitos dos quais participamos.

Dessa maneira, buscamos falar sobre como os movimentos urbanos atuam na contra-mão do capital quando ocupam e se recusam à lógica de expulsão às periferias urbanas imposta aos trabalhadores, reivindicando a função social da propriedade e o direito à moradia para garantir uma vida urbana digna.

Mas, mais do que isso, falamos também sobre como a apropriação humana das cidades - a recusa que elas sejam apenas o espaço do capital, pautado pela especulação e pelas ruas sem gente, mas que sejam também o fundo para nossa memória, o chão para a vida do povo é símbolo dessa construção.

Apresentamos, também, os sujeitos e objetos participantes desta monografia, os movimentos urbanos - MNLM e MTST - e o NAJUP Luiza Mahin, dois polos de uma relação de assessoria e extensão que produziram o conteúdo e a vontade deste trabalho.

Passamos, então, feitas as apresentações, a pensar a relação desses sujeitos com o instrumento trabalhado - o direito. Para isso, foi necessário inicialmente demarcar os processos de produção do direito dentro do capitalismo e suas funções, bem como das possibilidade de emancipação, a partir das lutas por direitos e da assessoria jurídica.

Nesse aspecto, é importante retomar o conceito de história de Benjamin (1940) apresentado no capítulo 2. Não buscamos, com esta monografia, fazer uma historiografia da luta do movimento urbano por direitos, da construção e efetivação destes. Acreditamos sim ser importante colocar como a luta do movimento contribuiu para a positivação de diversos instrumentos - política urbana, prevista no artigo 182 da Constituição Federal, o direito social à moradia, previsto no artigo 6 da CF/88, o Estatuto da Cidade, entre outros que foram apresentados no capítulo 3.

Contudo, buscamos aqui entender como essas interações se dão e quais os usos feitos do direito, entendendo que na luta de classes a busca pela história dos oprimidos é forma de manter viva nossa memória coletiva, possibilitando a continuidade de nossa luta. Entendendo, também, que não podemos ter uma perspectiva evolucionista no que tange à conquista de direitos, se pensarmos principalmente os 30 anos desde a Assembléia Nacional Constituinte, vez que sua concretização e mesmo sua garantia depende da correlação concreta de forças, como podemos perceber no momento em que vivemos no país, em que diversos direitos sociais garantidos historicamente estão sendo sucessivamente atacados.

Pensando, dessa forma, essa relação de três pilares - os movimentos urbanos, o direito e o NAJUP - percebemos três níveis de atuação. O primeiro, como já foi dito, é representado pelo impacto da luta urbana na construção do direito positivo. O segundo representado pelo papel do movimento na efetivação desses direitos - seja por pressionar os poderes públicos seja por denunciar a contradição entre o previsto na lei e a realidade do povo. Dessa maneira, esta contradição serve também para que o movimento urbano explore, junto à sua base social, as contradições do próprio capitalismo. As demandas por direitos são, assim, a ponte entre a sociedade que vivemos para uma outra, construída a partir da luta dos movimentos.

O terceiro nível desta relação é, contudo, talvez o mais importante nesta monografia. Pois se partimos da premissa que ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho mas que os homens e mulheres se libertam em comunhão, é na interação entre nós, estudantes do NAJUP Luiza Mahin e os movimentos urbanos que surge uma outra possibilidade do direito.

A ação de extensão nos impacta profundamente e nos modifica, modificando, em algum grau, as possibilidades que teremos dentro do direito. Assim é que este outro direito à cidade, forjado na assessoria e na luta urbana, e mais do que isso, estes outros profissionais do direito poderão abrir caminho para um embate ideológico dentro do mundo jurídico. Atuaremos,

assim, na construção de direitos, em sua efetivação, na disputa de seu real significado e exploraremos sua contradição para forjar um outro mundo possível.

No fim, esta monografia é sobre isso. Sobre como o NAJUP Luiza Mahin modificou quem eu sou - meio objeto e meio sujeito deste trabalho - e como eu vejo o mundo, sendo um espaço de abrigo e de construção de outras possibilidades que muitas vezes me incentivou na graduação. Foi o contato com os movimentos urbanos trabalhados que gerou o apaixonamento (ALMEIDA, 2015) necessário a seguir no embate ideológico dentro e fora da faculdade de direito, na busca por uma outra cidade, em que mulheres e homens livres possam nela fazer a moldura de seus sonhos, o chão para sua memória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ana Lia Vanderlei de. *Um estalo nas faculdades de direito: perspectivas ideológicas da assessoria jurídica universitária popular*. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas) - Faculdade de Direito, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

BALDEZ, Miguel Lancelotti. *Solo urbano: propostas para a Constituinte*. Rio de Janeiro: Apoio Jurídico Popular/ FASE, 1986. (Coleção Seminários n. 6)

BATISTA, Vera Malaguti. *Introdução crítica à criminologia brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011, 2 reimpressão, 2015.

BASSUL, José Roberto. Reforma urbana e Estatuto da Cidade. *Revista EURE (Santiago)*, Santiago, v. 28, n. 84, p.133-144, set.2002. Disponível em <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612002008400008&lng=es&nrm=iso>. Acesso em nov. 2018.

BOULOS, Guilherme Castro. *Porque ocupamos? : uma introdução à luta dos sem teto*. São Paulo: Scortecci, 2012.

COSTA, Maria de Fátima Tardin. *Ideologia e utopia no ocaso da Reforma Urbana no Brasil*. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. Assistência Jurídica e Advocacia Popular: serviços legais em São Bernardo do Campo. *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*, São Paulo, v. 41, p. 73-106, Jun. 1994.

COUTO, Mia. *Pensageiro Frequente*. 4 ed. Alfragide, Portugal: Editorial Caminho, 2010.

FARAGE, Eblin; BRITO, Felipe; SIMÕES, Guilherme. Movimentos Sociais Urbanos e o direito à cidade: a experiência do MTST na conquista e ampliação da política pública de

direito à moradia. In: 3 Encontro Nacional de Política Social e 10 Encontro Nacional de Política Social, 2015, Vitória (ES- Brasil). *Anais...*

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GOMES, Carolina Hennig; JUSTINO, Lucas. *Movimentos Sociais Urbanos na Assembléia Nacional Constituinte de 1988*. 2017-2018. Projeto de Pesquisa (Graduação em direito) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

GOMES, Carolina Hennig *et al.* *Solano Trindade: uma história sobre extensão e direito à moradia em Caxias*. 2016. 17 p. Trabalho de conclusão da disciplina Antropologia e Sociologia Jurídicas (Graduação em direito) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

GONZALEZ, Lélia. Mulher Negra. Revista do Ipeafro, *Afrodiáspora*, São Paulo, n. 6-7, p.94-106, 1986.

GOULART, Débora Cristina. *O Anticapitalismo Do Movimento Dos Trabalhadores Sem-Teto – MTST*. 2011. 276 p. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais)- Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista - Campus Marília, Marília - SP, 2011.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. *O Direito à Cidade*. Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS), São Paulo, v. 29, p. 73-89, 2012.

_____. *Para entender o capital, Volume I*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LOWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio : uma leitura das teses "Sobre o conceito da história"*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. *Revista Actuel Marx*, Paris, n 18, 1995.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. *Estudos avançados*. São Paulo , vol.17, nº. 48, p. 151-166, 2003.

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. 9 ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 2013.

MASCARO, Alysso Leandro. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MCADAM, Doug, *Political process and the development of black insurgency, 1930- 1970*, Chicago: The University of Chicago Press, 1982.

MELLO, Irene de Queiroz. *Trajetórias, cotidianos e utopias de uma ocupação no centro do Rio de Janeiro*. (Dissertação de Mestrado), IPPUR/UFRJ, 2014

_____. Direito à moradia X direito de propriedade, @metropolis. *Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais*, n. 6/2011, pg. 34 - 43, set. 2011, disponível em <<http://emetropolis.net/artigo/42?name=direito-a-moradia-x-direito-de-propriedade>>. Acesso em jun. 2019.

QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana *et al.* Assessoria Jurídica Universitária Popular no Acompanhamento da Ocupação das Escolas Estaduais no Estado do Rio de Janeiro. In: Seminário Direitos, Pesquisa e Movimentos Sociais, n. 6, 2016, Vitória da Conquista, *anais...*

_____. Assessoria jurídica popular a movimentos sociais urbanos numa região brasileira. In: Congresso da Associação de Estudos Latino- americanos (LASA), Barcelona, 2018, *anais...*

RIBAS, Luis Otávio. *Direito insurgente e pluralismo jurídico: Assessoria de Movimentos Populares em Porto Alegre e no Rio de Janeiro (1960 - 2000)*. 2009. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Teoria do direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SECRETARIADO UNIFICADO DA IV INTERNACIONAL. Democracia Socialista e Ditadura do Proletariado. *Cadernos Democracia Socialista*. Porto Alegre, vol. I, 1987.

TROTSKY, Leon. *Programa de transição*. São Paulo: Informação, 1938.

TILLY, Charles, *From mobilisation to revolution*, Michigan: University of Michigan, 1977.

VAINER, Carlos B. Cidade de Exceção: Reflexões a Partir do Rio de Janeiro. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano (ANPUR), n. 14, *anais...* vol. 14, Rio de Janeiro, 2011.

ENTREVISTA

LOPES, Lurdinha. Entrevista com militante do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN/RJ). Realizada na Ocupação Manoel Congo - Centro do Rio de Janeiro. Julho/ 2018.

REFERÊNCIAS NORMATIVAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Estatuto da Cidade (Lei n. 10257 de 2001)

LINKS

<<http://www.mst.org.br/2017/04/22/para-dividir-a-terra-tanto-sangue-derramado-na-luta-por-um-pedaco-de-chao.html>>. Último acesso em 24/06/2019

< <https://lutapelamoradia.wordpress.com/>>. Último acesso em 24/06/2019.

<https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/23/politica/1443017167_932000.html>. Último acesso 26/11/ 2018

<<https://www.geledes.org.br/luiza-mahin/>> . Último acesso em 13/06/2019.

<<https://mtst.org/mtst/mtst-ocupa-terreno-em-niteroi/>> . Último acesso em 14/06/2019.

<<https://mtst.org/mtst/mtst-encaminha-possivel-conquista-e-inaugura-sua-tenda-no-largo-da-batalha-em-niteroi/>>. Último acesso em 14/06/2019

<<https://www.facebook.com/NAJUPLuizaMahin/photos/a.418990831501994/1487160814684985/?type=3&theater>>. Último acesso em 28/06/2019

<<https://www.facebook.com/NAJUPLuizaMahin/photos/a.418990831501994/1937098459691216/?type=3&theater>>. Último acesso em 28/06/2019

ANEXO 01

Roteiro para a entrevista feita com a Lurdinha Lopes (MNLN/RJ)

- 1) Gostaria de começar perguntando um pouco sobre a sua trajetória, sobre sua experiência na militância junto ao movimentos de moradia.
- 2) Quais movimentos sociais compunham o MNRU e como foi a sua articulação?
- 3) Quais eram as principais demandas, na época da Constituinte (86/87), para os movimentos de luta por moradia / para o MNRU (referência ao texto da Tardin, em que Lurdinha fala sobre sua atuação junto ao movimento de posseiros na época)?
- 5) Como se deu a relação entre movimentos sociais e técnicos na articulação do MNRU e na mobilização para intervenção na Constituinte? Como essa relação se deu para formular a Emenda Popular?
- 6) Como foi a mobilização do MNRU no pré-constituente? Qual era a aposta do movimento? (Estar no espaço legislativo, apresentar emendas, realizar atos, coletar assinaturas para as emendas...)
- 7) Como foi a intervenção do movimento pela reforma urbana na Constituinte? (Fizeram lobby com os constituintes, foram à plenário, fizeram manifestações de rua... ?)
- 8) Como foi a recepção dos constituintes em relação à emenda popular?
- 8) Qual a sua avaliação em relação ao texto final da Constituinte, no que se refere à Reforma Urbana?
- 9) É um balanço em relação à ele nesses últimos 30 anos? Como se deu a atuação dos movimentos sociais por reforma urbana em relação ao disposto da Constituição?
- 10) Existia discussão sobre plano diretor à época? Qual foi a repercussão da inserção dele no texto constitucional para os movimentos sociais?

